

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO - ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE ESTÁGIOS

ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DA AGENDA 21 LOCAL NO
MUNICIPIO DE LIMA - PERÚ

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE ESTAGIO

OSCAR HUGO NICHOPAREDES

Florianópolis, Janeiro de 2001

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE ESTÁGIOS

ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DA AGENDA 21 LOCAL NO
MUNICÍPIO DE LIMA - PERÚ

OSCAR HUGO NICHOPAREDES

ORIENTADO PELO PROFESSOR
DR. PEDRO CARLOS SCHENINI

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO
GESTÃO AMBIENTAL

Florianópolis, Janeiro de 2001

Este Trabalho de Conclusão de Estágio foi apresentado e julgado perante a Banca Examinadora, que atribuiu a nota, _____ ao aluno Oscar Hugo Nicho Paredes, na disciplina Estágio Supervisionado Obrigatório - CAD 5401.

Banca Examinadora

Professor Pedro Carlos Schenini
(Presidente)

Professor Pedro da Costa Araújo
(Membro)

Professor Sinesio Stefano Dubiela Ostroski
(Membro)

“Uma Comunidade Sustentável, vive em harmonia com seu meio ambiente e não causa danos a meio ambientes distantes ou a outras comunidades agora ou no futuro. A qualidade de vida e os interesses das futuras gerações são mais valorizados do que o crescimento econômico ou consumo imediato”.

Caring for the Earth UNEP

AGRADECIMENTOS

Por todo suporte amor e dedicação, gostaria de agradecer a todas as pessoas que participaram direta ou indiretamente deste trabalho:

Universidade Federal de Santa Catarina, Departamentos, Centros, Professores e técnicos administrativos por todo o apoio recebido em todos estes anos de formação escolar;

Agradeço também ao Prof. Pedro Carlos Schenini, meu orientador por ter contribuído em despertar em mim uma preocupação com a gestão ambiental e preservação do meio ambiente.

Agradeço ao Grupo Fenasoft em especial ao Departamento de Marketing e Criação por sempre disponibilizar os recursos tecnológicos para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço aos meus familiares por estarem sempre presentes nos momentos mais difíceis dando incentivo para saber enfrentar sempre novos desafios.

Agradeço a Rafaela, minha namorada e melhor amiga por todo seu amor nos momentos que eu mais precisei.

SUMÁRIO

Lista de Fotos	VII
Lista de Quadros.....	VIII
Lista de Gráficos.....	IX
Lista de Siglas	X
Lista de Anexos	XI
RESUMO.....	XII
1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Tema e Problema.....	2
1.2 Justificativa.....	2
2 OBJETIVOS.....	3
2.1 Objetivo Geral	3
2.2 Objetivos Específicos	3
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	4
3.1 Ecossistema e Equilíbrio Ambiental.....	4
3.1.1 Poluição do Ar	6
3.1.2 Águas Contaminadas.....	7
3.1.3 Degradação da Superfície	8
3.2 Desenvolvimento Sustentável	10
3.2.1 Cultura Organizacional Sustentável	16
3.2.2 Tecnologias Limpas	18
3.3 Encontro de Cúpula Estocolmo 1972	20
3.4 Agenda 21 – ECO 92	21
3.5 Planejamento Participativo	24
3.6 Políticas Públicas de Meio Ambiente	27
3.7 A Sustentabilidade dos Municípios	29
4 METODOLOGIA	31
4.1 Caracterização da Pesquisa.....	31
4.2 Tipo de Pesquisa.....	31

5	DESENVOLVIMENTO	32
5.1	Processos de Implantação da AG 21 em Florianópolis SC – Brasil	32
5.1.1	Reuniões para Criação do Fórum AG 21 de Florianópolis SC – Brasil.....	33
5.1.2	Metodologia	34
5.1.3	Ações para a Implantação da AG21 Local no Município de Florianópolis.....	35
5.1.4	Atividades da Organização da Agenda 21 Local de Florianópolis	39
5.1.5	Ações para Continuidade do Processo	47
5.1.6	Custos para a Implantação da Agenda 21 Local em Florianópolis.....	47
5.2	Caracterização do Município de Lima – Peru.....	48
5.2.1	População	49
5.2.2	Geografia e Clima	49
5.2.3	Línguas	51
5.2.4	Economia.....	51
5.3	Pressupostos Básicos para Implantação da AG 21 Lima – Peru	53
5.3.1	Método Popular Participativo	55
5.3.2	Temas Sugeridos para Avaliação em Lima – Peru	56
5.4	Roteiro para Elaboração da Agenda 21 Lima – Peru.....	60
5.4.1	Ações Iniciais	60
5.4.2	Ações Organizacionais	61
5.4.3	Ações Efetivas.....	62
5.4.4	Procedimentos Finais	64
5.4.5	Resumo do Roteiro.....	64
5.5	Desafios e Obstáculos na Agenda 21 para Lima – Peru	65
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	69
8	ANEXOS	73

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Vista Panorâmica da Cidade de Florianópolis SC – Brasil..... 32

Foto 2 - Vista Panorâmica da Cidade de Lima – Peru..... 48

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Processo de Implantação da AG 21 Local de Florianópolis.....	33
Quadro 2– População Peruana na América Latina.....	49
Quadro 3– Regiões Topográficas e Climáticas do Peru.....	50
Quadro 4– Pressupostos para Implantação da AG 21 de Lima – Peru.....	55
Quadro 5 - Roteiro de Implantação AG 21 Lima – Peru.....	65

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Inflação Anual (%)..... 52

Gráfico 2 – Produto Interno Bruto em (%)..... 52

Gráfico 3 – Exportações em Milhões (US\$) 53

LISTA DE SIGLAS

- ABES** – Associação Brasileira de Engenharia Ambiental e Sanitária
- ABNT** – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- BID** – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BIRD** – Banco Mundial
- C.F** – Constituição Federal
- CONAMA** – Conselho Nacional de Meio Ambiente
- EIA** – Estudo de Impacto Ambiental
- FATMA** – Fundação do Meio Ambiente
- IBAMA** – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis
- ISO** – Internacional Standardization Organization
- MMA** – Ministério de Meio Ambiente
- ONG** – Organização não governamental
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- PNMA** – Política Nacional do Meio Ambiente
- PNUD** – Programa de desenvolvimento das Nações Unidas
- RIMA** – Relatório de Impactos ao Meio Ambiente
- SEMA** – Secretaria Espacial do Meio Ambiente
- SISNAMA** – Sistema nacional do Meio Ambiente
- SISNIMA** – Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – Decreto Criação do Fórum Agenda 21 (DC Nº 246/97).....	83
Anexo 2 – Decreto Municipal Nº 176/ 98	87
Anexo 3 – Estatutos dos Integrantes do Fórum da AG 21	90
Anexo 4 – Regimento Interno do Fórum da Agenda 21 Florianópolis	96

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo, fazer um amplo estudo de levantamentos de dados para propor um roteiro de Agenda 21 para o Município de Lima – Peru, levando em consideração o modelo da Agenda 21 implantada no Município de Florianópolis – Santa Catarina no Brasil.

Acreditamos que este estudo sirva como sugestão para uma futura implantação da Agenda 21 Local no Município de Lima Peru, já que na atualidade esta cidade não faz parte do grupo de países preservadores da natureza e meio ambiente, neste estudo foi tomado como exemplo a Agenda 21 do município de Florianópolis, Além de obter argumentos fortes expostos em Encontros realizados na Primeira Conferencia Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada em 1972, em Estocolmo na Suécia e também na ECO-92 na cidade do Rio de Janeiro, na qual da uma base sólida para propor ao país integrar-se ao grupo seletivo de países conscientes na preservação da natureza e meio ambiente.

A implantação da Agenda 21 em Lima é um pressuposto para que o Município e conseqüentemente o país, inicie um processo de conscientização ambiental na população visando a conservação do meio ambiente, na busca de um desenvolvimento social e econômico justo e equitativo melhorando a qualidade de vida de toda sua sociedade.

1 INTRODUÇÃO

Cada vez mais a sociedade tem demonstrado preocupação com os níveis de degradação do nosso meio ambiente e com o futuro das próximas gerações. Os motivos são alarmantes: há um consenso geral de que o homem está conseguindo destruir em algumas décadas o que a natureza levou milhões de anos para formar.

O modelo de desenvolvimento econômico atual, que prioriza a produção e o crescimento, vem sendo visto como um modelo ideal.

No entanto, o que se vê hoje é que esse modelo promoveu o crescimento de alguns países, mas aumentou a pobreza dos demais a qual está levando ao esgotamento dos recursos naturais globais.

Os países devem adaptar-se a este novo paradigma. somente quando se integram as preocupações relativas ao meio ambiente e desenvolvimento, será possível satisfazer às necessidades básicas da população, elevar o nível da vida de todos e obter ecossistemas melhor protegidos e gerenciados visando construir um futuro melhor.

O presente trabalho foi desenvolvido na busca de propor ao município de Lima Peru um novo modelo de preservação ambiental chamado Agenda 21 proposto na ECO 92 na cidade do Rio de Janeiro Brasil.)

A Agenda 21 Local do município de Florianópolis Santa Catarina Brasil foi escolhido como exemplo para propor um roteiro de implantação de Agenda 21 Local no município de Lima, buscando assim que a cidade se integre e faça parte dos países preocupados com a preservação ambiental e desenvolvimento sustentável. \

Acreditamos que este trabalho possa ajudar e despertar interesse em outros países e cidades do mundo que ainda não fazem parte deste novo paradigma de conservação ambiental e desenvolvimento social, bem como para estudos efetivos de futuras implantações de Agendas 21 locais de outras cidades do mundo.

1.1 Tema e Problema

A humanidade se encontra em um momento de grandes transformações. De-
frontamo-nos com inúmeras diferenças entre as nações e no interior delas, como o agrava-
mento da pobreza, da fome, das doenças, do analfabetismo, além da degradação do meio
ambiente.

O maior problema enfrentado no mundo é da administração publica e gerenci-
amento de cidades, Estados e sobre todo de um País. Principalmente devido aos constantes
interesse econômicos dos países mais desenvolvidos, problemas políticos , sociais e eco-
nômicos, é a principal causa de todo este problema ambiental, o maior prejudicado deste
problema são todos os seres vivos e nossas futuras gerações.

Percebe-se a existência de um certo grau de preocupação e consciência da hu-
manidade na conservação do meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Acredita-se
também que há possibilidades técnicas e economicamente viáveis em conscientizar a toda
a humanidade para poder preparar-la para enfrentar estes novos paradigmas de preservação
ambiental.

1.2 Justificativa

A Agenda 21, proposta na Conferencia ECO 92, realizada no Rio de Janeiro
Brasil, é um modelo de geração de desenvolvimento econômico com sustentabilidade soci-
al e ambiental.

Esta vem sendo aplicada em diversas cidades de todo o mundo, entre elas, a ci-
dade de Florianópolis-SC, Brasil, a qual servirá de suporte para dar sugestão da Agenda 21
Local na cidade de Lima – Peru.

O Município de Florianópolis foi escolhido como base por ter sido um dos pro-
cessos mais participativos. Sua metodologia caracteriza e nos auxiliara na elaboração de
um roteiro para iniciar o processo de implantação de uma Agenda 21 na cidade de Lima –
Peru.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Com base na experiência do município do Florianópolis –SC – Brasil, elaborar um roteiro que sirva de base para a implantação da Agenda 21 de Lima – Peru.

2.2 Objetivos Específicos

- Revisar a bibliografia da área para embasar teoricamente o trabalho abordando os temas como Ecossistemas, Desequilíbrio Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21.
- Investigar e conhecer como se deu o processo da implantação da Agenda 21 em Florianópolis SC - Brasil.
- Caracterizar o município de Lima –Peru.
- Identificar os pressupostos básicos para a implantação da Agenda 21 de Lima – Peru.
- Elaborar um roteiro para implantação da Agenda 21 local no Município de Lima – Peru.
- Desafios e obstáculos na implantação da AG 21 para Lima - Peru.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica fornece ao trabalho acadêmico a base e o referencial para que todos os assuntos sejam tratados com cunho científico e verídico.

Os conteúdos que os materiais bibliográficos trazem, são importantes fontes de informações sobre os temas a serem abordados, sendo assim, são de grande importância para o estudo do problema e o alcance dos objetivos estabelecidos.

3.1 Ecossistema e Equilíbrio Ambiental

Chamamos de meio ambiente a toda base natural sobre a qual se estruturam as sociedades humanas. O ar, a água, o solo, a flora e a fauna dão o suporte físico, químico e biótico para a permanência das civilizações humanas sobre o planeta. Ao longo dos diferentes estágios de sua evolução histórica, estas civilizações modificaram o meio natural: alimentaram-se de outras espécies, domesticaram plantas e animais, artificializaram a natureza para assegurar a existência biológica dos indivíduos e a reprodução de sua organização social.

A natureza, ao fornecer a moldura e a substância para o desenvolvimento das sociedades, foi sendo pouco a pouco associada à idéia de habitat, de casa onde mora o conjunto da espécie humana. A associação da natureza à idéia de morada da espécie humana nos ajuda a entender o meio ambiente como um espaço comum, habitado por distintos indivíduos, grupos sociais e culturas.

Todos os seres vivos compartilham o ar, as águas e os solos, os que podemos chamar de bens coletivos, o uso incorreto pode afetar a toda a espécie humana, trazer desequilíbrio ambiental e prejuízos a todo o planeta.

A biosfera é um espaço coletivo cujo equilíbrio é sensível à ação modificadora dos homens que dependem da existência de indivíduos e comunidades.

A ação modificadora do homem sobre a natureza, no espaço físico de uma nação, pode provocar alterações ambientais para além de suas fronteiras, ou seja, inúmeras atividades de caráter local têm implicações sobre o equilíbrio global do planeta. Sendo assim a biosfera caracteriza-se, o espaço de interação global das sociedades humanas.

Um ecossistema pode ser considerado uma grande área relativamente homogênea, como por exemplo, a floresta Amazônica, ou uma pequena planta que armazena em suas folhas e flores água carregada de sais e compostos orgânicos, além de inúmeros microrganismos, algas e insetos.

A palavra ecologia também é usada no sentido de equilíbrio ambiental e a expressão de movimento ecológico que se refere à atividade política em defesa do equilíbrio ambiental, a variedade do clima, do relevo, do regime de chuvas e de rios do mundo resultam em variados ecossistemas, assim na Amazônia concentra a maior floresta tropical e a maior diversidade biológica do mundo, seguida de perto pela mata Atlântica e pelo Pantanal, assim acreditamos que o Brasil nos dá base sólida de divulgação Ambiental e conservação do meio ambiente dando argumento forte para que países preferencialmente de América do Sul busquem adaptar-se a este novo paradigma de preservação do meio ambiente e da natureza.

O agravamento dos problemas ambientais no mundo está ligado à todo processo de industrialização, iniciada na décadas de 50, os modelos agrícolas monocultor e exportador instituído desde os anos 70, assim como à urbanização acelerada e à desigualdade socioeconômica das grandes cidades do todo o mundo deixaram marcas profundas do desenvolvimento econômico sem preocupação do meio ambiente, resíduos industriais saturam a deficiente rede de saneamento básico a qual envenenam águas e solos, gases liberados por veículos e fábricas, além das queimadas no interior, poluem a atmosfera degradando cada vez mais o ambiente em que vivemos.

A degradação ambiental iniciou-se de forma mais marcante, com o processo de industrialização na década de 20 e estendeu-se nas décadas seguintes.

(..) após 1950 as estratégias de desenvolvimento adotadas perpetuaram a exploração exaustiva de nossos recursos naturais ao permitir que o crescimento econômico de curto prazo fosse feito através da modernização maciça e acelerada dos meios de produção. (Donaire, 1996, p.44).

Os danos causados pelo crescimento econômico de gerações passadas, nos mostram a falta de consciência dos seres humanos com o meio ambiente que o rodeia o capitalismo e o consumo levaram a humanidade a degradar a natureza sem pensar nas gerações futuras.

3.1.1 Poluição do Ar

As emissões de monóxido de carbono, óxido e dióxido de nitrogênio e de material particulado, como poeira, fumaça e fuligem, crescem em todas as aglomerações urbanas e industriais do mundo, mostrando a falta de consciência dos seres humanos com relação ao ambiente onde ele vive, as autoridades dos governos do todo o mundo tem o dever de criar leis e fiscalizar as mesmas para tratar de combater este problema mundial.

A Legislação Estadual (1995, p.17) também determina as regras para proteção da atmosfera, quando estabelece que:

É proibida a queima ao ar livre de resíduos sólidos, líquidos ou de qualquer outro material combustível, desde que cause degradação da qualidade ambiental na forma estabelecida no artigo 3.

A utilização de tecnologias ecologicamente corretas servem para a redução dos impactos negativos sobre o meio ambiente gerados no processo produtivo das indústrias de todo o mundo, foram adaptados, através de políticas de melhoramento e desenvolvimento da produção lançados nos países do primeiro mundo na qual não mostram ainda transformações significativas na humanidade.

A esse respeito, Pereira Jr. Descreve:

O manuseio e o descarte de resíduos, que incluem os solventes, lodo químico, metais pesados ou outros resíduos tóxicos, bem como agentes químicos redundantes para fora das empresas, em geral tem destino nos lixões locais. Entretanto, empresas mais esclarecidas, contam com seus próprios incineradores e áreas de descarte ou disposição adequados. (Pereira Jr., 1996, p.28)

Observamos que o setor industrial é em grande parte, o responsável pelo desenvolvimento tecnológico mundial e pelo grande volume de produtos lançados no mercado com o objetivo de atender e satisfazer as necessidades dos consumidores. No entanto

consumir e processar recursos naturais, e é o principal causador das emissões de cargas contaminadoras do meio ambiente.

Com isso fica claro que falta de competência e de recursos na administração pública e privada de todo o mundo, carecem de consciência para fiscalizar e enfrentar este tipo de problema ambiental.

3.1.2 Águas Contaminadas

Praticamente todas as grandes e médias cidades do mundo têm suas águas contaminadas por esgotos, lixo urbano, metais pesados e outras substâncias tóxicas.

A poluição das águas se dá por numerosos materiais que se enquadram em classes bem distintas de substância. O agravamento da situação da problemática da poluição das águas com lixo adquiriu proporções assustadoras nos últimos 50 anos. O aumento vertiginoso do consumo, notadamente nos países mais ricos, ocasionou um acúmulo de lixo como nunca visto.

James (1995:10) constata um aumento no consumo de alimentos e bens e serviços após da Segunda Guerra Mundial. Com o grande aumento da população, que acabou deixando o campo em busca de trabalho e melhores condições de vida na cidade.

Realmente, a imigração de pessoas do campo para a cidade, é um fator que contribui para o aumento da quantidade de lixo gerado. Mas essa imigração só acontece, pelo menos nos países de América Latina, por causa que não existem incentivos ou atrativos que permitam que as pessoas permaneçam vivendo em função da agricultura.

Fellembert (1980) mostra que existem três grupos de contaminação das águas:

a). Águas Domiciliares Urbanas(esgotos): contêm além dos detritos orgânicos, restos de alimentos, sabões, detergentes, carboidratos, gorduras material protéico, fosfatos e bactérias.

b). Águas Industriais: a indústria química em especial é responsável pela maioria dos poluentes. Entre eles temos os compostos orgânicos como petróleo e derivados.

c). Poluição Agropecuária: Causadas pelas contaminações do meio rural devido à pecuária e silos que despejam grandes quantidades de detritos orgânicos de origem animal, resíduos do manuseio e trato nas instalações. Além dessas, temos o uso intensivo de adubos inorgânicos, principais responsáveis pelo fator eutrofizante das águas e de praguicida-

des que são os bactericidas, fungicidas, algicidas, herbicidas, inseticidas, acaricidas, rodenticidas, e os desfolhantes, reguladores do crescimento e outros.

Vale lembrar que Agenda 21 (1996:420) prevê para o futuro a existência de padrões de produção e consumo não sustentáveis. Podendo aumentar consideravelmente as quantidades de resíduos produzidos até o fim do século e quadruplica-los ou quintuplicá-los até o 2005.

As projeções futuras são muito inquietantes. Com a globalização e expansão dos mercados, a tendência é que a população de países mais pobres passem a ter acesso a mais bens de consumo e conseqüentemente aumente a produção de lixo.

3.1.3 Degradação da Superfície

O principal fator de poluição do solo, subsolo e águas doces é a utilização abusiva de pesticidas e fertilizantes nas lavouras. A média anual brasileira é duas vezes superior a do mundo inteiro. Ainda são usados no Brasil produtos organoclorados e organofosforados, proibidos ou de uso restrito em mais de 50 países devido a sua toxicidade e longa permanência no ambiente. As regiões mais atingidas por esses agrotóxicos são os estados do Centro-Oeste, a Sudeste e Sul, responsáveis por quase toda a produção agrícola para consumo interno e exportação do país. O agente laranja, um desfolhante usado pelos americanos na Guerra do Vietnã para devastar a mata tropical, já foi aplicado por empresas transnacionais na Amazônia, para transformar a floresta em terrenos agropastoris. A cultura da soja, hoje espalhada por quase todas as regiões do país, também faz uso acentuado desses fosforados. A médio e longo prazo esses produtos destroem microrganismos, fungos, insetos e contaminam animais maiores. Eles também tornam as pragas cada vez mais resistentes, exigindo doses cada vez maiores de pesticidas. No homem, causam lesões hepáticas e renais e problemas no sistema nervoso. Podem provocar envelhecimento precoce em adultos e diminuição da capacidade intelectual em crianças.

A legislação estadual a respeito do assunto diz:

É proibido depositar, descarregar, enterrar, infiltrar, ou açular no solo resíduos, em qualquer estado da matéria, desde que causem degradação da qualidade ambiental, na forma estabelecida no Art.3 Santa Catarina, Decreto14250 (1995, p.17:B)

No artigo 23 do mesmo Decreto 14250 (1995, p 17), determina-se que os resíduos de qualquer natureza, portadores de patogênicos ou de alta toxicidade, bem como inflamáveis, explosivos, radiativos e outros prejudiciais, deverão sofrer, antes de sua disposição final no solo tratamento ou acondicionamento adequado, fixados em projetos específicos, que atendam os requisitos de proteção à saúde pública e ao meio ambiente.

SCHENINI (2000) comenta que os agentes causadores da degradação da superfície podem ser as seguintes:

a) Queimadas: que desde o início da ocupação solo o fogo foi o principal instrumento para derrubar a vegetação original e abrir áreas para lavoura, pecuária, mineração e expansão urbana no país. Nos anos 80, as queimadas na floresta Amazônica são consideradas uma das piores catástrofes ecológicas do mundo.

b) Desertos: desmatamento indiscriminado, queimadas, mineração, uso excessivo dos defensivos agrícolas, poluição, manejo inadequado do solo e seca trazem a desertificação de algumas áreas do país.

C) RADIATIVIDADE: A AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO IMEDIATA DE PROBLEMAS EM USINAS NUCLEARES QUE PREOCUPA MILITANTES ECOLÓGICOS E CIENTISTAS NO MUNDO INTEIRO.

Além disto esta na Agenda 21 (1996:429) que os governos, segundo sua capacidade e recursos disponíveis e com a cooperação das Nações Unidas e outras organizações pertinentes quando apropriado devem:

a) Estabelecer, até o ano 2000, critérios de qualidade, objetivos e normas para o tratamento e o depósito de resíduos baseados na natureza e capacidade de assimilação do meio ambiente receptor.

b) Estabelecer, até o ano 2000, capacidade suficiente para monitorar o impacto da poluição relacionada aos resíduos e manter uma vigilância sistemática, inclusive epidemiológica, quando apropriado.

c) Tomar providências para que até o ano 2005, nos países em desenvolvimento, pelo menos 50% do esgoto, das águas residuais e dos resíduos sólidos sejam tratados ou eliminados em conformidade com diretrizes nacionais ou internacionais de qualidade ambiental e sanitária.

d) Depositar, até o ano 2005, todo o esgoto, águas residuais e resíduos sólidos de acordo com diretrizes nacionais ou internacionais de qualidade ambiental.

Agenda 21 surgiu como resultado da ECO-92 Conferencia Mundial Sobre o Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro. Pode-se observar, conforme a citação a res-

peito do compromisso dos governantes, que nada foi feito. Tanto que estamos em 2001, e o que percebe-se é que muitos governantes parecem estar indo na direção oposta do que foi proposto.

3.2 Desenvolvimento Sustentável

A degradação do meio ambiente está diretamente vinculada às atividades econômicas praticadas no planeta. Para conter a degradação, os analistas indicam a necessidade de mudar o atual modelo de desenvolvimento econômico, considerado predatório.

Especialistas do mundo inteiro elaboram o conceito de desenvolvimento sustentado (DS), sistemas de exploração mais racional dos recursos naturais, que preservem o equilíbrio ecológico, reduzindo os danos ao meio ambiente. Esse conceito implica mudanças nas relações políticas internacionais, como maior cooperação entre as nações para a geração de tecnologias não-poluidoras e acordos internacionais sobre o uso dos recursos naturais, limitação à produção de substâncias tóxicas e emissões de poluentes no meio ambiente.

Há na literatura acadêmica uma diversidade de apropriações do conceito de Desenvolvimento Sustentável e Eco-desenvolvimento, segundo vários autores que se referem ao tema.

Então surge um novo paradigma, ele é constituído em decorrência da insatisfação de alguns cientistas e pesquisadores, sobre tudo das áreas de conhecimento sociais e humanas. Essa insatisfação é reflexo da conscientização, de segmentos sociais, inclusive da intelectualidade, da progressiva deterioração das condições objetivas de existências da maior parte da população e da crescente pressão da degradação ambiental.

Para tanto, com base em afirmações de Sachs, considerou-se inicialmente que as denominações ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentado ou sustentável, tem o mesmo significado.

numa mensagem de esperança sobre a necessidade e a possibilidade de se projetar e implementar estratégias ambientalmente adequadas, para promover um desenvolvimento sócio-econômico equitativo, ou Ecodesenvolvimento, uma expressão que foi mais tarde rebatizada pelos pesquisadores anglo-saxões como Desenvolvimento Sustentável (Sachs, 1993, p.30)

A conferência Mundial de Estocolmo sobre meio Ambiente de 1972 é um marco importante da conscientização que começava-se a manifestar, o primeiro questionamento colocado que esta na visão compartimentada ou unilateral dos processos sociais, privilegiando vários enfoques. O foco da crítica localiza-se especialmente sobre o economicismo presente nas análises e nas políticas de desenvolvimento.

A primeira conceituação de DS, foi encontrada no Relatório da CMMAD que afirma:

O DS é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades (CMMAD, 1991, P.46).

Surge, então a proposição de uma visão holística de encarar o conjunto dos aspectos econômicos, políticos, culturais, sociais e ambientais.

Outro questionamento é quando ao antropocentrismo nas escolas econômicas, fazendo com que o homem seja o centro e a única referência. Isto faz com que a natureza seja encarada como simples meio de produção, gerador de riqueza para o homem. Sua utilização em forma e intensidade fica subordinada aos interesses econômicos.

O antropocentrismo e o cálculo econômico, assim tomados como uma consequência macroeconômica, ou com um resultado social global, levam ideologicamente ao cálculo da taxa de crescimento econômico, tomando-a pelo que efetivamente não é. Busca-se o maior crescimento possível da produção, medida pelo Produto Interno Bruto, isto é o valor das quantidades produzidas na unidade de tempo, mesmo que para isto tenha que delapidar a natureza, a ponto de comprometer o processo de reprodução para gerações futuras.

SACHS (1988) define que o crescimento da produção, ou valor da produção é associado ao crescimento econômico que por sua vez é identificado com o desenvolvimento econômico. As políticas de desenvolvimento econômico reduzem-se a meras ações que visam o crescimento da economia, portanto relacionadas à acumulação líquida de capitais e novos investimentos e ao progresso técnico.

Para os países do terceiro mundo o conteúdo desse reducionismo economista do desenvolvimento é especialmente grave do ponto de vista do resultado social. Pois o mimetismo tecnológico e dos padrões de consumo, copiando os processos produtivos e as técnicas assim como o modo de vida vigente no primeiro mundo, dirigem o crescimento

econômico, isto é, o grosso da produção para as classes médias e altas, desconsiderando as condições de vida dos mais pobres, trabalhadores integrantes do mercado.

Considerando esses pontos críticos fundamentais, foi proposto então como um novo padrão de desenvolvimento, este passou a ser chamado de Ecodesenvolvimento, Desenvolvimento Sustentável ou ainda Desenvolvimento Durável.

Ainda dentro do mesmo raciocínio, pode-se esclarecer os mesmos princípios de funcionamento, só que agora sob um enfoque macroeconômico ou internacional, pois Kinlaw afirma que:

Desenvolvimento sustentável é a macro descrição de que como todas as nações devem proceder em plena cooperação com os recursos e ecossistemas da terra para manter e melhorar as condições econômicas gerais de seus habitantes, presentes e futuras. O DS concentra-se nas políticas nacionais e internacionais (Kinlaw, 1997, p.83).

Toda esta definição deixa clara a grande preocupação dos cientistas com os aspectos econômicos, políticos de uma região, nação, já que são os principais responsáveis desta problemática social e ambiental do planeta.

A - Paradigma do Desenvolvimento Sustentado.

O grande demanda de recursos naturais e a necessidade de garantir a sobrevivência da humanidade. Geram inúmeras tentativas de criar uma solução para o problema.

Essa insatisfação é reflexo da conscientização, por segmentos sociais, a progressiva deterioração das condições objetivas de existência da maior parte da população e da crescente pressão da degradação ambiental.

A grande preocupação em envolver o meio empresarial em torno do tema Desenvolvimento Industrial Sustentado, a ONU criou em 1991, o Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentado, por iniciativa e patrocínio da CMMAD, outro acontecimento marcante nessa década de 90, foi realizada na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, da Conferência do Rio, nome popular dado à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a qual tratou de temas como pobreza, crescimento econômico industrialização e degradação ambiental.

Como resultado imediato desse encontro de autoridades internacionais, foi gerado um documento denominada Agenda 21, que especifica objetivos, diretrizes sustentáveis e formas de operacionalização, através da utilização da Gestão Participativa.

B - Conceitos e Princípios do DS

O desenvolvimento sustentável é um modelo que pretende satisfazer as necessidades presentes da humanidade sem comprometer os recursos naturais do planeta, buscando atividades que funcionem em sintonia com a natureza, promovendo, acima de tudo, a melhoria da qualidade de vida de toda a raça humana.

No tópico anterior foi exposto como surgiu o novo paradigma de desenvolvimento com progresso e preservação, cabendo agora esclarecer melhor, o real significado do DS.

Numerosos autores têm emitido suas opiniões para tentar interpretar e facilitar o entendimento e absorção desses novos paradigmas apresentados a o mundo.

A primeira conceituação de DS, foi encontrada no relatório da CMMAD que afirma:

O DS é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades. (CMMAD, 1991, p.46).

SCHENINI (2000), comenta que Desenvolvimento Sustentável tem por fim o desenvolvimento econômico cuidando a preservação dos recursos naturais, ecossistemas, optando assim na qualidade de vida das pessoas do mundo. Para ele ocorrer é preciso que haja um controle no consumo e na renovação do bem natural, seja ele qual for.

Em concordância com os mesmos princípios, porém em termos mais práticos, o que faz um desenvolvimento sustentável segundo Sachs (1986, p.113) um dos mais expressivos autores sobre ecodesenvolvimento, é esse ser um caminho para o desenvolvimento concentrar espaços para a harmonização social e objetivos econômicos com gerenciamento ecológico sadio, num espírito de solidariedade com as futuras gerações. Mais recentemente, o mesmo autor quando se referiu ao assunto, reafirmou que o DS deve ser socialmente desejável, economicamente viável e ecologicamente prudente.

Ainda dentro do mesmo raciocínio, pode-se esclarecer os mesmos princípios de funcionamento, só que agora sob um enfoque macroeconômico ou internacional, pois Kinlaw (1997:83) afirma que:

Desenvolvimento sustentável é a macrodescrição de como todas as nações devem proceder em plena cooperação com os recursos e ecossistemas da terra para manter e melhorar as condições econômicas gerais de seus habitantes, presentes e futuras. O DS concentra-se nas políticas nacionais e internacionais

Para efetivar novas tecnologias sustentáveis, o Banco mundial financia e orienta empreendimentos e ações ao redor do mundo que obedeçam aos novos critérios ou princípios ambientalistas.

David Pearce (1994) salienta a necessidade de o desenvolvimento econômico vir acompanhado da elevação da qualidade de vida, ao afirmar que desenvolvimento é um conjunto de metas ou objetivos desejáveis para a sociedade. Esses objetivos, indubitavelmente, incluem as aspirações básicas para assegurar uma elevação do nível de renda per capita, o que em geral é denominado padrão de vida.

Entretanto numerosas pessoas já estão acreditando que nível de padrão de vida é mais do que crescimento econômico com elevação da renda. Há agora uma ênfase na qualidade de vida, sob o enfoque de saúde da população, nos padrões educacionais e no bem estar social.

Finalmente, pode-se observar que a gestão empresarial deve adotar novas estratégias para obtenção de uma administração adequada aos tempos atuais.

De acordo com Hart (1997) Aplicação de atividade de DS está na identificação das oportunidades a serem aproveitadas, pois o perigo hoje está claro: crescimento explosivo da população com o rápido esgotamento dos recursos, juntamente com mais urbanização e industrialização, estão criando uma situação insustentável. Neste caso, três estágios nas estratégias são identificados: prevenção da poluição, produtos planejados (stewardship), e o desenvolvimento de tecnologias limpas.

Noutras palavras, o conceito de Desenvolvimento Sustentável se firma em três pilares básicos que são o crescimento econômico, a equidade social e o equilíbrio ecológico, todos sob o mesmo espírito holístico de harmonia e responsabilidade comum.

C - Funções de Gestão no DS

O trabalho de pesquisa desenvolvido por Sachs (1986, p.10) e sua equipe no CIRED a partir de 1974, serviu para reelaborar os princípios estabelecidos na Conferência de Estocolmo, gerando uma renovação da teoria sobre o assunto DS. De acordo com essa corrente de pesquisa, as abordagens dadas ao paradigma DS tem dois enfoques:

a) **Estilo de Desenvolvimento:** Em suas colocações, inicialmente ele considera que DS é um estilo ou abordagem na condução do desenvolvimento econômico urbano e rural para a satisfação das reais necessidades das populações envolvidas e do planeta, em oposição clara às diretrizes tradicionais em uso. A condução do novo sistema econômico exige a acomodação e harmonização de inúmeras variáveis, relativas ao conteúdo social com a regulação dos padrões de consumo e dos estilos de vida, ao contexto econômico e industrial com a regulação do conjunto das funções produtivas e de prestação de serviço e no contexto da gestão dos recursos naturais e energéticos.

b) **Ferramenta Gerencial:** Num segundo momento, Sachs considera o DS como uma ferramenta gerencial de aprendizado, de planejamento e de condução das organizações públicas e privadas. Dentro dessa abordagem, o planejamento sustentado oferece um novo modelo para adoção nas ações governamentais e empresariais, com políticas e estratégias de intervenção corretivas para preservação e prevenção.

D - Dimensões para Obtenção do DS

Na elaboração das estratégias para obtenção de um desenvolvimento sustentável, é obrigatório o respeito aos seus princípios de funcionamento e existência. Inicialmente a CMMAD, oficializou o dimensionamento do planejamento em três esferas ou dimensões de sustentabilidade que são o social, o econômico e o meio ambiente.

SCHENINI (1999) sugere que devam ser adotadas cinco dimensões para o planejamento ou aplicação do Desenvolvimento Sustentável:

a) **Sustentabilidade Social** para se obter um desenvolvimento que não se omita das questões sociais, o DS a um novo paradigma cultural que privilegie o “ser” e não o “consumismo do ter” como representação da qualidade de vida, concedendo o direito da cidadania plena para amplos segmentos da população.

b) **Sustentabilidade Econômica:** na abordagem macroeconômica o DS possibilita ao planejamento governamental realizar alocações e fluxos de recursos de forma mais eficaz,

possibilitando reduzir os custos sociais e ambientais. Na abordagem empresarial da questão sobressai-se a necessidade de geração de emprego e renda, causa e desculpa para os governantes, empresas e comunidade se conflitarem.

c) Sustentabilidade Ecológica e Espacial; nesta dimensão busca-se obter a harmonia do desenvolvimento com a preservação da natureza, limitando as explorações dos recursos não renováveis, reduzindo os volumes de poluição e buscando soluções inovadoras nas áreas das tecnologias limpas e de gestão ambiental.

d) Sustentabilidade Cultural: aqui encontra-se os fundamentos da viabilização das outras dimensões do DS, pois é através desta que se preservam as origens ou as raízes culturais de qualquer povo ou empresa e também quem abre as possibilidades psicopedagógicas para fortalecimento dos hábitos culturais que viabilizarão as medidas e ações necessárias para a obtenção do DS.

Além das possibilidades de planejamento, como decorrência dessa opção sustentável, surgem inúmeras conseqüências operacionais e gerenciais no âmbito interno e externo às organizações que dão sustentação às ações desenvolvimentistas sem destruição do meio ambiente.

3.2.1 Cultura Organizacional Sustentável

Cada empresa possui características únicas, referentes à sua individualidade e funcionamento. Esse conjunto de informações, crenças e costumes quando mesclados formam a sua cultura organizacional própria.

Bowditch e Buono, comentam que cultura organizacional esta relacionada em:

Cada individuo possui sua cultura, seus valores e suas atitudes que irão direcionar seu comportamento. A cultura reflete e influencia nos valores nas atitudes e no comportamento das pessoas e vice versa. É um ciclo ou interação desses aspectos, somada aos valores, filosofias e formas de comportamento aceitos pelas empresas, que irão formar a cultura organizacional, que se desenvolve ao longo do tempo, e afeta todos dentro da organização desde direção, gerência até o chão-de-fábrica (Bowditch e Buono, 1992, p.161).

A administração ecológica ou gestão ambiental é uma abordagem sistêmica da realidade que pressupõe profundas mudanças na cultura da organização.

Os problemas ambientais não podem ser compreendidos de forma isolada, ao contrário, são interligados e interdependentes, como prevê o paradigma holístico.

As mudanças na base de valores da organização são o resultado de uma nova forma de pensar, com novas percepções e atitudes e que vincula seu sucesso ao nível do conhecimento ecológico presente na cultura organizacional.

Chiavenato (1996), indica que as forças do ambiente: concorrência, clientes, variáveis tecnológicas, econômicas, etc, e as forças internas organização como os seus problemas e necessidades, podem pressionar e incentivar mudanças. Identificadas as deficiências é preciso procurar alternativas mais adequadas para que as mudanças possam ocorrer. No seu ponto de vista, no interior das empresas podem ocorrer quatro tipos de mudanças, nunca isoladas, pois umas afetam as outras e que são as mudanças estruturais, mudanças tecnológicas, mudanças nos produtos e serviços e mudanças culturais.

SCHENINI, Pedro (1990), coloca que gerenciar é enfrentar com sucesso a complexidade e liderar e enfrentar com sucesso as mudanças ou transformações.

Conforme o mesmo autor, uma das características centrais das organizações é a interdependência, onde ninguém tem autonomia, onde a maioria dos empregados se unem através da hierarquia, da tecnologia ou do sistema gerencial. Estas ligações apresentam um desafio especial quando as organizações tentam mudar, a não ser que tenham um objetivo comum a tendência é de se dispersar as forças.

Para obter-se uma potencialização das ações, a idéia é fazer com que todos os empregados sejam envolvidos na ação, levá-los a fazer, a acreditar em algo que estão fazendo. Quanto mais envolvidos no processo, maiores serão as chances de gerar uma nova cultura organizacional.

Na obtenção de uma aplicação satisfatória desses mecanismos é necessário além de seu planejamento, a completa participação de toda a empresa. Dessa forma, inexoravelmente, deverão ser criadas novas práticas, as quais objetivarão alterar a cultura organizacional.

Valle (1995) se expressa afirmando que é necessário um eficiente sistema de comunicação entre todos os seus níveis hierárquicos, estabelecendo um programa de educação ambiental conscientizando, mobilizando e estimulando a participação de todos os integrantes da empresa.

Nessas tentativas de compreender a cultura das organizações, encontra-se o reconhecimento da importância que adquiriu esse assunto para melhoria da competitividade das empresas.

O grande mérito, da compreensão da cultura organizacional, está no fato de que os empregados e seus gerentes se comportam de acordo com essa cultura, ou seja, as políticas, estratégias e ações da empresa estão intimamente ligadas com o perfil comportamental de seus trabalhadores.

Quanto maior a confiança, compreensão e integração desses na empresa, maiores as chances de comprometimento, motivação e valorização individual.

3.2.2 Tecnologias Limpas

As preocupações relativas às questões de proteção ambiental vem dando resultados, mudando o comportamento das empresas e promovendo um novo modelo de comportamento de produção no âmbito mundial.

A tecnologia limpa é o meio pelo qual as empresas estão alcançando o desenvolvimento sustentável sem degradação do meio ambiente além de obter certificados de qualidade como ISO 14000.

A - Definição de Tecnologia Limpa

Para entender e poder explicar o conceitos de tecnologias limpas a seguir citaremos o que dizem alguns autores com respeito a este tema:

PEREIRA e ALPERSTEDT (1996, p.3), tecnologia limpa significa menor utilização de insumos, menor geração de poluição, sendo que poluição é sinal ineficiência e redução de lucro.

VALLE (1995 p, 68) diz que Tecnologia limpa significa aplicar, de forma contínua, uma estratégia ambiental aos processos e produtos de uma indústria, afim de reduzir riscos ao meio ambiente e ao ser humano. Essa estratégia visa prevenir a geração de resíduos, em primeiro lugar, e ainda minimizar o uso de matérias primas e energias

Assim sendo pode-se concluir que tecnologias limpas são todas as tecnologias, tanto técnico produtivas como gerenciais , que são utilizadas na produção de bens e serviços que não afetam o meio ambiente em que estão inseridas em organizações conscientes na preservação ambiental.

B - Implementação de Tecnologias Limpas

A implantação de tecnologias limpas é possível em qualquer atividade industrial, independente do tamanho que a organização tenha. Em consequência, as tecnologias limpas constituem um grupo de métodos, que poderão ser escolhidos, para cada caso, de acordo com o problema específico da empresa. As principais metodologias para implantação dessas tecnologias.

Misra (1996), são a otimização do processo existente, a modificação nos processos; e a substituição de processos produtivos.

Cabe completar o ponto de vista desse autor, que se ocupa apenas dos processos produtivos e acrescentar o uso de metodologias que executem novos controles gerenciais, através de mudanças da cultura organizacional.

Para auxiliar a implantação das novas tecnologias limpas, são inúmeras as empresas que tem se dedicado a esse ramo, fabricando produtos ou fornecendo serviços.

Richard Sousane (1996, p.32) Diz que as Tecnologias Ambientais, aqui consideradas como sinônimos de Tecnologias Limpas, desenvolvem o DS através do uso de estudos de risco, realçando os custos efetivos, melhorando a eficiência do processo e criando produtos e processos que são ambientalmente benéficos ou benignos.

O setor industrial de tecnologias limpas incluem água, ar e controle da poluição do solo; administração de resíduos tóxicos e sólidos, remediação de terreno, e monitoramento ambiental e reciclagem. Essas indústrias marcam quatro categorias maiores: evitar poluição, controle da poluição, monitoramento e registro, e remediação. As indústrias de tecnologias limpas são as que têm o maior crescimento mundial.

C - Melhorias Obtidas

A aplicação destas novas tecnologias, mostraram resultados favoráveis para as empresas no que se refere a competitividade e qualidade no produto final além de ter certeza que sua produção não causa danos ao meio ambiente

SCHENINI (2000) indica algumas de estas melhorias:

- a) proteção ambiental;
- b) melhorias nas condições de trabalho;
- c) economia em matéria-prima e energia;

- d) melhoria na qualidade dos produtos;
- e) diminuição dos custos e perdas; e
- f) incremento na produtividade e lucratividade.

Segundo Valle (1995, p.69) as conseqüências na adoção dessas tecnologias é que após passar os processos produtivos por uma reavaliação, é possível que ocorram mudanças que resultem em:

- a) eliminação do uso de matérias primas e de insumos que contenham elementos perigosos;
- b) otimização das reações químicas, tendo como resultado a minimização do uso de matérias primas e redução, no possível, da geração de resíduos;
- c) segregação, na origem, dos resíduos perigosos dos não perigosos;
- d) eliminação de vazamentos e perdas no processo;
- e) promoção e estímulo ao reprocessamento e a reciclagem interna; e
- f) integração do processo produtivo em um ciclo que também inclua as alternativas para destruição dos resíduos e a maximização futura do reaproveitamento dos produtos.

A implantação de tecnologias limpas é possível em qualquer atividade industrial, independentemente do tamanho da organização. Em conseqüência, as tecnologias limpas constituem um grupo de métodos, que poderão ser escolhidos, para cada caso conforme o problema específico de cada caso.

3.3 Encontro de Cúpula Estocolmo 1972

A primeira Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento realiza-se em 1972, em Estocolmo, na Suécia, com patrocínio da ONU e deflagra vários estudos com o objetivo de traçar uma estratégia para a preservação da vida no planeta. Os principais resultados são reunidos no livro *Nosso futuro comum*, publicado em 1987. Os estudos mostram o estreito vínculo entre pobreza, desigualdade de renda e deterioração ambiental, e apontam o desequilíbrio ecológico como um dos resultados das relações entre países pobres e ricos. Demonstram que os países pobres ou em desenvolvimento são os que detêm as maiores reservas de recursos naturais e estão destruindo-as rapidamente para pagar suas dívidas externas. Mostram que os países ricos são os grandes consumidores desses recursos

e, portanto, os maiores responsáveis pela manutenção do equilíbrio ambiental e preservação das espécies. Aconselham os países pobres a construir modelos de desenvolvimento não-predatórios e sugerem que os países ricos os ajudem nessa tarefa através de verbas e tecnologias. Após a Conferência de Estocolmo, a questão ambiental é assumida oficialmente por um grande número de governos e mais de cem países criam organismos oficiais específicos para tratar do tema.

3.4 Agenda 21 – ECO 92

Oficialmente chamada de Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente, a Agenda 21 é o resultado do encontro que reuniu 179 países no Rio de Janeiro em 1992. Neste encontro foram abordados assuntos relacionados com poluição, o esgotamento dos recursos naturais e a qualidade de vida humana e sua relação com o desenvolvimento econômico.

No documento resultante desta conferência encontram-se bases e diretrizes para planos de ação que devem ser elaborados pelos governos de todo o mundo, levando-se em consideração as características de cada região.

Para isto venha ocorrer de fato é necessário que cada um faça sua parte, pois os problemas ambientais só poderão ser resolvidos com iniciativas locais, para a partir do conjunto de ações locais formar um todo, e daí então buscar um ganho global.

A Agenda 21 é um processo de desenvolvimento de políticas e ações estratégicas para o Desenvolvimento Sustentável e de construção de parcerias entre autoridades locais, comunidade e outros setores para implementá-la.

Na continuação mostraremos, conceitos importantes da Agenda 21 global lançados no Encontro do Rio de Janeiro ECO –92.

A – Objetivos

O Objetivo da Agenda 21 é traçar estratégias para implantar os princípios da Carta da Terra. De seus 40 capítulos, oito tratam de questões econômicas sociais; catorze, da conservação e gestão dos recursos naturais; sete descrevem o papel dos grupos sociais; e onze tratam das políticas para garantir a qualidade de vida das próximas gerações. Foram inúmeras as divergências entre as delegações oficiais, e a conferência não conseguiu esta-

belecer a fonte de recursos para financiar a implantação das políticas aprovadas. É criada uma Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (CDS), para fiscalizar o cumprimento da Agenda 21. Em 1993 o Brasil passou a integrar a comissão, formada por 53 países.

Objetivo Geral

O objetivo maior pretendido nesse encontro foi de alcançar melhorias no desempenho ambiental do município, conforme o recomendado pela Agenda 21 de RJ.

Objetivos Específicos

Para garantir a sua viabilidade, os participantes desse encontro, estabeleceram ainda os seguintes objetivos específicos:

- a) Coletar e ordenar os dados ambientais e sócio econômicos da comunidade Municípios vizinhos;
- b) Propiciar à administração Municipal, a realização de orçamentos participativos, projetos comunitários e novas leis, normas, regras e multas, com base nessas novas informações fundamentadas no Desenvolvimento Sustentável;
- c) Permitir as comunidades conhecer e dispor de dados locais para realizar movimentos, pleitos e ações;
- d) Dispor de um documento e de um mecanismo de participação popular com suporte para o executivo municipal habilitar-se a nível nacional e internacional à linhas de credito, convênios e repasse de tecnologia;
- e) Criar um fórum permanente da Agenda 21, para canalizar os problemas e anseios comunitários;

Assim podemos confirmar que utilização da Agenda 21 Local poderá levar à melhoria da qualidade de vida dos habitantes de um município, mediante a proteção, a preservação, conservação, o controle e a recuperação do meio ambiente, considerando-o um patrimônio público da humanidade.

B – Missão

A missão estabelecida foi a de constituir um plano de ação para obter Desenvolvimento Sustentável nos Municípios, conforme recomendado pela Agenda 21 de Rio de Janeiro.

C - Princípios de Funcionamento

A partir da conceituação de missão e objetivos a Agenda 21 tomou como pressupostos básicos partida os seguintes princípios de funcionamento:

- a) O meio ambiente como uso comum do povo;
- b) A prevalência do interesse público;
- c) O acesso à informação;
- d) A efetiva participação da população na defesa e preservação do meio ambiente;
- e) A priorização das políticas sociais;
- f) A compatibilização entre o desenvolvimento sócio econômico com preservação ambiental e qualidade de vida;
- g) A compatibilização entre as várias políticas ambientais – nacional, estadual e municipal;
- j) A compatibilização das diversas políticas econômica, saúde, social e educativa nos diferentes níveis de governo.

A Agenda 21 está voltada para os problemas prementes de hoje e tem o objetivo, ainda, de preparar o mundo para os desafios do próximo século.

D – Dimensões Sócio Políticas

Para entender o que é Agenda 21 precisamos de falar de suas principais dimensões, as quais são: Em primeiro lugar, este foi o principal documento publicado em Rio 92 organizado pela ONU (Organização das Nações Unidas). Este documento foi assinado por 170 países inclusive o Brasil, anfitrião desta conferência.

Em segundo lugar, é a proposta mais consistente que existe de alcançar o desenvolvimento sustentável, isto é, de como podemos continuar desenvolvendo nossos países e nossas comunidades sem destruir o meio ambiente e com maior justiça social.

Em terceiro lugar, é um planejamento do futuro com ações de curto, médio e longo prazos. Em outras palavras reintroduz uma idéia esquecida de que podemos e devemos planejar e estabelecer um elo de solidariedade entre nós e nossos descendentes: as futuras gerações.

Em quarto, trata-se de um roteiro de ações concretas, com metas, recursos, e responsabilidades definidas.

Em quinto, deve ser um plano obtido através de consenso. A Agenda 21 indica caminhos para alterar os rumos do desenvolvimento humano visando garantir a sustentabilidade do planeta. O grande desafio esta ainda por ser conseguido: implanta-la efetivamente.

3.5 Planejamento Participativo

A descontinuidade na função de planejamento e a inexistência de um planejamento global e abrangente, são mesmo as marcas típicas de qual quer tipo de administração publica. São comuns as quebras no ciclo de planejamento e na implantação de processos e projetos. Os planos são alterados a cada mudança de governo devido à alta instabilidade das equipes técnicas. Não há concorrência entre desafios e metas de uma administração e de aquela que a segue, redundando um desgaste, perda da iniciativa, ruptura no processo decisório e quebra de investimentos. Desta maneira, torna-se difícil, e mesmo sem sentido, a implantação de sistemas de controle, que deveriam avaliar a coerência entre o planejado e o executado.

O acelerado processo de urbanização das últimas décadas, trouxe como consequências a constituição de enormes área metropolitanas carentes, esgotando os limites de uma oferta de serviços públicos caracteristicamente estreita, contraposta a uma elevada demanda que, permaneceu latente durante um certo período, que torna-se agora, nas condições de uma abertura democrática e uma demanda real. Nestas circunstâncias o que é necessário e possível, é um melhor atendimento á demanda, tanto pela expansão como pela integração dos serviços propiciando maior eficiência na utilização dos recursos existentes.

O planejamento participativo é uma metodologia que permite a uma organização pública ou privada, sem fins lucrativos ou a comunidade, desenvolver e implantar disciplinada e participante, um conjunto de estratégias, decisões e ações fundamentais não só para sua sobrevivência, mas cruciais para sua efetividade, eficácia e progresso.)

O planejamento prevê e vislumbra o futuro, criando possibilidades de decidir antecipadamente objetivos, metas e critérios a serem adotados pela organização pública ou privada em um dado limite de tempo.

Entretanto, o planejamento é uma atitude reflexiva voltada à ação, que pressupõe o controle dos resultados e metas traçadas durante um determinado período de tempo.

Para Matos (1980,p.17):

“este tem como missão, traçar a vida da empresa, indicando suas linhas de atuação a curto, médio, e longo prazo, prevendo quanto as possíveis adaptações e reformulações decorrentes de mudanças”.

O planejamento torna-se essencial quando a organização atribui um alto valor à competência e a eficácia para atingir seus objetivos, mas ao mesmo tempo deve permitir flexibilização à sua estrutura, gerando uma dinâmica própria, assim o planejamento torna-se capaz de efetuar correções rápidas e eficientes sem perder a direção.

Para alcançar seus objetivos as organizações podem desenvolver planejamentos a curto, médio e longos prazos, que mostraremos na continuação:

a) O planejamento estratégico se refere à maneira pela qual, uma organização pretende aplicar uma determinada estratégia para alcançar seus objetivos. O processo procura definir o comportamento da organização a longo prazo, em relação a meio externo em que esta inserido. A partir do planejamento estratégico, a organização poderá partir para o planejamento a médio ou curto prazo.

b) O planejamento tático para Chivenato (1983, p.250), diz tática consiste em “um meio para alcançar objetivos departamentais”. Assim, o planejamento integra ações decorrentes em períodos de tempo menores que o planejamento estratégico, podendo ser contemplado como uma fase ou estratégia de planejamento. Ocorre geralmente à nível departamental com projetos em média de curta duração.

c) O planejamento Operacional este processo objetiva a definição de tarefas a serem executadas por uma unidade operacional. Procura identificar exatamente o que as

peças irão fazer. É o menor grau de divisão do planejamento, pois compreende as tarefas de cada indivíduo dentro de um universo organizacional.

Sendo assim o planejamento estratégico participativo apresenta os seguintes princípios:

- a) Viáveis no ponto de vista técnico financeiro;
- b) Aceitáveis politicamente;
- c) Defensáveis moral e legalmente;
- d) Ecologicamente responsável;
- e) Amplamente participativo;
- f) Sistemático (holístico).

Souto Maior (1990) lembra que os principais passos para a elaboração e implantação do planejamento participativo são:

- a) Conscientização e sensibilização dos participantes;
- b) Resgate da história da organização e suas tendências, esclarecendo o que pode ser feito;
- c) Formulação de uma missão para a organização através da identificação de clientes, consumidores, fornecedores, seu relacionamento, com eles suas expectativas e valores organizacionais.
- d) Análise sistemática e criteriosa do ambiente externo da organização, para se identificar ameaças e oportunidades com que se defronta.
- e) Análise do ambiente interno, com os pontos fortes e fracos da organização, no que se refere a recursos humanos, financeiros e materiais e a estrutura e clima organizacionais.
- f) Definição das questões estratégicas para a organização. São as dificuldades ou problemas que tem influência significativa na maneira com a organização funciona ou em sua habilidade de atingir um futuro desejado.
- g) Formulação de propostas para resolver as questões estratégicas, isto é, soluções de curto e longo prazo com identificação de como, quando, e onde ser implantadas.
- h) Adoção de mecanismo de acompanhamento para avaliação e revisão de planejamento estratégico participativo.

Dessa forma, segundo esse autor, o planejamento participativo está voltado para um processo contínuo que está em condições de responder às condições de mercado rapidamente mutantes.

De modo geral, SCHENINI (2000) comenta que para se obter uma clara definição dos objetivos aonde se quer chegar pode-se adotar os seguintes procedimentos de técnicas de reuniões de planejamento participativo:

- a) As reuniões para levantar problemas deverão ser separadas das reuniões de propor soluções.
- b) As atenções dos participantes devem ser centralizadas em questões objetivas.
- c) O intercambio oral deve ser precedido por atividades em silencio de preferência por escrito.
- d) Deve-se evitar que as discussões prematuramente fiquem restritas a um ou poucos assuntos.
- e) As idéias apresentadas são anotadas seqüencialmente, uma a uma e colocadas a vista de todos.
- f) Deve-se evitar avaliações precoces e argumentações desnecessárias, fazendo escolhas por votação.
- g) Sempre que possível, em assuntos polêmicos, fazer a votação em forma secreta.
- j) Após cada votação, e permitido aos participantes tirarem quaisquer duvidas.

A decisão de planejar decorre da percepção de que os eventos futuros poderão no estar de acordo com o desejável se nada for feito. O ponto de partida para esta percepção é disponibilidade de diagnósticos, de análises e projeções da organização.

3.6 Políticas Públicas de Meio Ambiente

As atividades governamentais existem desde as origens do funcionamento dos sistemas políticos através de objetivos estabelecidos que buscam facilitar a tomada de decisão.

Após consulta em várias bibliografias da área para buscar uma definição do que vem a ser a administração pública, é possível ter clara a percepção de que o mais sensato a dizer, é que não existe uma única definição, no entanto é possível afirmar que a administração pública é aquele setor da administração que existe num contexto político relacionado basicamente às decisões da política governamental tomadas pelos detentores da autoridade.

Segundo Meirelles (1990:52) pode-se falar da administração pública aludindo-se aos instrumentos de governo, como a gestão dos interesses de coletividade, que como bem ressalta:

A administração pública é gestão de bens e interesses qualificados da comunidade, no âmbito federal, estadual e municipal, segundo os preceitos do direito moral, com o fim de realizar o bem comum Meireles, 1990, p.52).

Assim podemos dizer com base nisso que, todo administrador público assume um compromisso com a coletividade, sendo assim, toda sua atividade deve ser voltada para esse objetivo.

Não são recentes os problemas ambientais vivenciados com tanta intensidade atualmente. O modelo de desenvolvimento vigente vem gerando desordem na natureza. Esta desorganização parece estar refletindo as injustiças da vida social. A crise ambiental coloca, portanto, em questão o próprio modo de organização da sociedade e as leis que regem sua reprodução, isto é, sua continuidade.

O movimento social contra a degradação do meio ambiente vem se articulando crescentemente com as lutas democráticas pela implantação de um novo modelo de cidadania. A defesa dos direitos ambientais das populações unifica lutas sociais com distintos objetivos específicos: o acesso a bens coletivos como a água e o ar, em níveis e qualidade compatíveis com condições adequadas de existência; o acesso a recursos naturais de uso comum necessário à existência de grupos sócio-culturais específicos como seringueiros, apanhadores de castanha e comunidade indígenas; a garantia de uso público do patrimônio natural constituído por áreas verdes, cursos d'água e nascentes freqüentemente degradados pelos usos privados incompatível com os interesses coletivos da sociedade.

Essas lutas têm por objetivo geral, a busca de democratização do controle sobre os recursos naturais. Pois, como o meio ambiente é o suporte natural da vida e do trabalho das populações, a luta contra a degradação ambiental, conseqüentemente tem por objetivo a preservação dos direitos dos cidadãos à vida e ao trabalho.

Como as relações das populações com o meio ambiente constituem formas culturais específicas de existência dos grupos sociais, a degradação do meio ambiente é, via de regra, um processo de destruição de modos de vida e do direito à diversidade cultural de relacionamento das comunidades com a natureza. A superação desta crise ambiental passa, portanto, pela restauração e consolidação dos direitos ambientais das populações atingidas por agressões ao meio ambiente.

De fato, em toda agressão ambiental, há um grupo social mais diretamente atingido em seus direitos. Mas considerando-se o meio ambiente como “patrimônio público a ser assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo”, tal como expresso na lei 6938/1981 (Lei da Política Nacional de Meio Ambiente), as agressões ambientais afetam o próprio interesse público.

A questão da decisão política de preservação da natureza, e conseqüentemente, a legitimidade de toda ação pública com relação ao meio ambiente torna-se tanto mais complexa quanto mais se avança no processo de urbanização e democratização nas sociedades modernas. Já não bastam os mecanismo de legitimidade legislativa e eleitoral das decisões políticas, pois sua dinâmica, exige um contínuo processo de interação com as forças sociais existentes.

3.7 A Sustentabilidade dos Municípios

A análise das mudanças e das tendências aponta só para um conjunto de problemas ambientais urbanos comuns, como também para a necessidade de novas abordagens de políticas de desenvolvimento urbano. Os problemas urbanos hoje são inúmeros e de diversas naturezas, são problemas sociais, econômicos e espaciais, isso sem falar da questão pública, que é um grande empecilho para o desenvolvimento de muitos dos municípios, pois não é nenhuma novidade a falta de ética de muitos administrados eleitos.

A concentração de problemas sociais, demandas políticas, estratégias e ações focalizando basicamente a preservação e criação de postos de trabalho, voltada especialmente para a grande população das regiões metropolitanas, se simplifica em um problema social como conseqüência direta da situação econômica de um município.

Agenda 21 Brasileira, (2000) diz que sustentabilidade do desenvolvimento nos municípios é também posta em risco pelas carências geradas pela ocupação do solo, que demandam, urbanização das ocupações ilegais com reassentamento da população nos casos de áreas de preservação e de risco, necessidades de maiores parques, além da preservação de áreas verdes ainda existentes, a fim de equilibrar a excessiva impermeabilização do solo metropolitano, avaliações dos limites do saneamento e coerência entre frota de veículos e espaço de vias postas à sua disposição, a fim de evitar e diminuir a disfunção metropolitana decorrente dos enormes congestionamento no tráfego, a solução para a deposição final do lixo, acompanhada pela fundamental alteração de padrões de consumo que produ-

zem tal lixo; solução definitiva para o esgoto que polui as águas , de definição de operações urbanas que permitam de forma sinérgica, concentrar os esforços do setor público e do setor privado na recuperação de bairros, aumento de segurança e reencontro da cidadania respeitada com as instituições renovadas, ampliação, equipamento e reconquista dos espaços públicos, hoje cercados e transformados em terra de ninguém, recriação da solidariedade e da civilidade urbana.

Outra demanda latente nos municípios é por serviços de saneamento, e este guarda relação histórica com a exclusão social e a degradação espacial segundo Agenda 21 Brasileira, tem seus contornos definidos por fatores como:

a) a distribuição desigual do acesso aos serviços segundo faixas de renda da população;

b) a regionalização das carências, que configura as diferenças e as desigualdades entre as áreas centrais, intermediárias e periféricas das cidades brasileiras e o nível de precaridade dos setores sócio econômicos mais pauperizados da população;

c) a característica do processo de urbanização ocorrido no país, que implica maiores dificuldades físicas, financeiras e legais para implantação de redes nas periferias da cidade;

d) a associação íntima entre mortalidade infantil e índices de atendimento nos serviços de saneamento, que indica uma explicação estrutural da profunda crise da saúde pública no Brasil;

e) a feminilização da pobreza, que confirma a concentração dos desassistidos em família de baixa renda e que têm uma mulher no papel de chefe;

f) a perversa relação entre degradação ambiental e pobreza urbana, que revela a necessidade de integração setorial e de articulação institucional das políticas públicas.

Assim como o desenvolvimento sustentável demanda que os governos assegurem serviços públicos ambientalmente sustentáveis e distribuídos de maneira equitativa para as gerações atuais e futuras, também exige que o setor privado reforme seu enfoque de produção e gestão, especificamente no saneamento, esse desafio ganha contornos bastantes definidos. O setor entra em crise por que não atinge as metas de atendimento e da qualidade na prestação de serviços. A crise revela, por tanto, a ineficácia social e ambiental do modelo de gestão até agora adotado. Por outro lado a privatização dos serviços de saneamento ambiental apresenta uma contradição expressa entre os objetivos de aumento de rentabilidade e a necessidade de investimento em áreas de baixa renda.

4 METODOLOGIA

4.1 Caracterização da Pesquisa

Quanto a abordagem, a pesquisa será qualitativa, pois aprofunda-se no mundo dos significados e ações, baseando-se nos indivíduos que têm uma vinculação direta com o problema.

Em relação a perspectiva de estudo, a pesquisa será transversal, por abranger apenas um período de tempo.

4.2 Tipo de Pesquisa

Para a classificação da pesquisa, toma-se como base a sistemática de Vergara (1997), que a qualifica quanto aos fins e meios.

Quanto aos fins, a pesquisa será descritiva e aplicada. Descritiva, pois visa descrever ideais, sugestões e percepções do pessoal envolvido com a questão da conservação do meio ambiente. Será aplicada pela finalidade de buscar soluções para um problema existente na prática, que é o fato da agenda 21-Florianópolis já implantada no Brasil poder ser utilizada como modelo em Lima – Peru.

Quanto a os meios a pesquisa será bibliográfica e participante. Bibliográfica porque será realizada uma investigação na literatura sobre o que existe referente a gestão de meio ambiente, Desenvolvimento Sustentado e Agenda 21. E participante, uma vez que haverá uma interação entre o pesquisador e pessoas especialistas na área ambiental, com trocas de idéias, objetivando o enriquecimento do trabalho.

5 DESENVOLVIMENTO

5.1 Processos de Implantação da AG 21 em Florianópolis SC – Brasil

A Cidade de Florianópolis tem aproximadamente 300 mil habitantes, sua taxa de crescimento populacional esta em torno de 1,21%, referente aos anos de 1991/96, tem uma densidade demográfica de 621,49 hab/km², levantada em 1996, sendo considerada pela ONU, em 1998, como a melhor capital do país em qualidade de vida, conforme os dados da Secretaria de turismo de Florianópolis.

Foto 1 - Vista Panorâmica da Cidade de Florianópolis SC – Brasil



Para início da implantação da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis em Santa Catarina no Brasil foram considerados os seguintes aspectos que mostraremos na continuação neste quadro uno a seguir:

Quadro 1 – Processo de Implantação da AG 21 Local de Florianópolis

<p>Passos para Implantação da AG 21 Florianópolis</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Reuniões para criação do Fórum 2. Metodologia 3. Ações para implantação AG 21 Florianópolis <ol style="list-style-type: none"> a) Fórum de Implantação b) Instrumentos de Funcionamento c) Reuniões Plenárias 4. Atividades da Organização da AG 21 <ol style="list-style-type: none"> a) Atividades de Infra - Estrutura b) Atividades de Divulgação e Patrocínio c) Atividades Técnicas 5. Ações da Comunidade do Processo. 6. Custos de Implantação da AG21
--

Fonte: NUPEGEMA – CAD –CSE -UFSC

5.1.1 Reuniões para Criação do Fórum AG 21 de Florianópolis SC – Brasil

As primeiras discussões sobre a Agenda 21 Local no Município de Florianópolis aconteceram em 2 de julho de 1997, em conjunto com municípios vizinhos, quando foi realizado o “Primeiro Seminário Agenda 21 da Grande Florianópolis”, que tinha com o objetivo difundir os conceitos e informações referentes a Agenda 21 e incentivar os municípios desta região a elaborarem suas agendas locais.

Esta na AGENDA 21 Local de Florianópolis que este encontro foi organizado pela administração municipal de Florianópolis através da Floram (Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis) em conjunto com a UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), o Fórum Habitat de Santa Catarina, o Cecca (Centro de Estudos Cultura e Cidadania) e o Grupo Órbita.

Neste primeiro Seminário sobre Agenda 21 da Grande Florianópolis foi apresentada uma palestra sobre a experiência da cidade de São Paulo na implantação da Agenda 21 Local.

Ainda neste encontro, os participantes da cidade de Florianópolis se reuniram para discutir a melhor forma de se iniciar o processo de elaboração da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis, pois existem variadas formas de só fazer, e os próprios municípios é que escolhem. Muitos contratam equipes de consultores, outros delegam às universidades, ou escolhem a outras formas para elaborar o documento.

Conforme o Anexo 1 da Agenda 21 Local de Florianópolis foi decidido então solicitar ao poder executivo do município representado pela então prefeita municipal Angela Amin a assinatura de um decreto que criasse o Fórum Agenda 21 Local do Município de Florianópolis, o qual veio a ser concretizado no dia 09 de junho de 1997, através do Decreto Municipal n 246/97.

A criação de um Fórum aberto a todas as instituições governamentais e não governamentais, privadas e do terceiro setor para discutir e elaborar a Agenda 21 do município, foi a melhor maneira encontrada para que o processo fosse o mais democrático possível, se adequando ao que determina a Agenda 21 Global.

No entanto, para que esse Fórum viesse a ocorrer na prática, foram necessárias várias reuniões e encontros para divulgar e conscientizar as comunidades. Nesse intuito foram realizadas cinco reuniões preparatórias em diferentes regiões do município, visando orientar a comunidade sobre a Agenda 21 local e a grande importância de todos participarem deste processo, escolhendo um representante de sua comunidade através das associações e conselhos de moradores para que viessem compor o Fórum Agenda 21 Local do Município de Florianópolis.

5.1.2 Metodologia

A metodologia utilizada para a elaboração da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis, como já pôde ser observada, foi a criação de um Fórum aberto a todos os setores da sociedade. Esta é uma metodologia muito peculiar, dinâmica e original, visto que a metodologia de trabalho foi construída ao longo do processo. Conforme comentários de seus integrantes, no início ninguém realmente sabia como se dariam os trabalhos, como seriam as reuniões, como seria feita a conscientização comunitária a respeito da Agenda 21, como se dariam os seminários, aliás, nem se sabia se seriam adotados os seminários regionais como forma de consulta e trabalho popular, ou se outras formas seriam utilizadas.

Como o Fórum Agenda 21 Local do Município de Florianópolis ficou responsável pelo andamento do processo, a metodologia escolhida foi a participativa propiciando a devida flexibilidade e adaptabilidade às características do município.

Existem duas visões de se analisar a metodologia adotada. Uma é a visão de que a criação do Fórum é por si só uma metodologia, em que se aplicada em qualquer outro momento e local ela produzirá um andamento diferenciado e original, ou seja, em cada situação que se criar um Fórum, ele conduzirá a um caminho particular aos objetivos que o criaram.

Por outro lado, existe a visão de que os caminhos traçados durante este processo de elaboração da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis geraram uma metodologia de trabalho própria, e que pode ser tranquilamente adotada em outras situações, ou seja, em outros municípios.

5.1.3 Ações para a Implantação da AG21 Local no Município de Florianópolis

Para a implantação da Agenda 21 Local de Florianópolis foram seguidas as seguintes ações:

A - Fórum de Implantação

Como apresentado anteriormente, o Fórum Agenda 21 Local do Município de Florianópolis foi criado através de um Decreto assinado pela prefeita municipal em junho de 1997. Para a composição deste Fórum foram convidadas entidades governamentais e não governamentais, privadas e do terceiro setor, associações sindicais, instituições de ensino e outras entidades representantes da sociedade organizada.

Após os primeiros encontros, houve a instalação oficial do Fórum Agenda 21 Local do Município de Florianópolis em 22 de maio de 1998, onde foi dada a posse a mais de 90 entidades dos mais diversos segmentos da sociedade.

Neste encontro foi apresentada uma palestra sobre a experiência do município de Vitória – E.S. com a implantação da Agenda 21 Local, e puderam ser esclarecidos alguns procedimentos iniciais para o processo. Após esta palestra ocorreu então a primeira reunião plenária oficial do Fórum Agenda 21 Local do Município de Florianópolis.

B - Instrumentos de Funcionamento

Para que as idéias discutidas no Fórum fossem executadas era necessário esclarecer algumas regras de funcionamento. Como visto anteriormente, foram realizadas reuniões preliminares em diversas regiões do município com o intuito de conscientizar a população e as pessoas que os representam, seja através de organizações não governamentais, esportivas, culturais, associações de moradores, escolas e universidades, bem como os representantes legais como os vereadores. A partir destas reuniões as pessoas mais interessadas foram buscando informações sobre como poderiam participar deste processo.

A partir daí, estava então criado o clima para se realizar o primeiro encontro sobre Agenda 21 local do município de Florianópolis. Foi onde surgiu a metodologia a ser usada, que foi a criação de um Fórum municipal, e conseqüentemente as normas de funcionamento que eram decididas através de longas discussões até se chegar ao consenso.

Sendo assim, para integrar o Fórum era necessário que o interessado fosse indicado por qualquer entidade organizada do município, seja ela associação de moradores, grupos folclóricos, grupos de estudos, empresas privadas, escolas, universidades, órgãos do governo, dentre outras formas de associação. Esta indicação se resumia no encaminhamento de um ofício ao Fórum Agenda 21 Local do Município de Florianópolis, que viria a criar a sua comissão de organização para colocar em prática as suas deliberações.

Ao Fórum cabia as seguintes atribuições: a sua instalação, o exame dos mais diversos assuntos, a sua aprovação ou rejeição, a priorização e o seu encerramento. Porém, como este Fórum objetivava a elaboração da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis era necessário então um instrumento que executasse suas deliberações e atividades administrativas e técnicas, por isso foi criada a Comissão de Organização.

Nesta primeira reunião foram então escolhidas 16 entidades para compor esta comissão. À Comissão de Organização cabiam as funções administrativas, técnicas, e de infra-estrutura referentes ao processo, o que pode ser melhor observado no item “atividades da Comissão de Organização”.

Os encontros da Comissão se davam semanalmente, já os do Fórum Agenda 21 Local do Município de Florianópolis ocorriam mensalmente e em geral era realizado no Plenarinho da Assembléia Legislativa.

Esta no Anexo 5 da Agenda Local de Florianópolis que na quarta reunião plenária como pode ser observada mais a seguir foi apresentado um regimento interno que constam as regras de funcionamento do Fórum.

C - Reuniões Plenárias

Conforme o informativo Agenda 21 – Floram 2000, a primeira reunião plenária se deu no mesmo dia da instalação do Fórum no dia 22 de maio de 1998, onde houve a apresentação da experiência de Vitória na implantação da Agenda 21 Local.

Como já visto anteriormente, nesta reunião plenária foi criada uma Comissão de Organização para executar os trabalhos do Fórum, bem como decididas as normas de funcionamento especificadas no item anterior, além de estipulado um prazo de 12 meses para a entrega do documento.

Foi decidido também nesta primeira reunião que o processo de construção da Agenda 21 seria dividido em três etapas:

- a) Identificação e priorização dos problemas;
- b) Elaboração de estratégias e projetos;
- c) Materialização da Agenda.

Uma outra decisão é de que o Fórum iniciaria desde o seu funcionamento a atuar no município, onde através de um espaço para discussões comunitárias seria aberto um espaço para denúncias, moções e discussões de problemas comunitários em geral.

Conforme relato de integrantes da comissão, desde o início do processo, dada a riqueza das discussões, observou-se que o mais importante não era o documento em si, mas sim o processo, que era uma plena manifestação da democracia onde na grande maioria das vezes, o consenso era obtido.

Ainda esta no Anexo quatro da Agenda 21 (2000) indica que o dia 30 de junho de 1998 ocorreu a segunda reunião plenária, onde ficou decidido que para o trabalho de identificação dos problemas, o município seria dividido em 10 regiões, dada as características diferenciadas de cada uma delas. A escolha destas regiões de trabalho implicou em outras decisões, como a escolha de articuladores para atuarem nestas regiões onde seriam realizados os seminários para identificação dos problemas. Ainda neste segundo encontro foi assinado o decreto nº176/98 que veio a alterar o decreto de criação do Fórum conforme o Anexo dois.

A terceira reunião plenária ocorreu em 30 de julho de 1998, e na necessidade da criação de uma marca e um slogan que identificasse a Agenda 21 Local de Florianópolis e ajudasse a difundi-la no município, foi decidido pelo lançamento de um concurso para a

escolha do slogan e logomarca da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis, conforme o Informativo Agenda 21 – Floram, 2000.

Na Quarta reunião plenária ocorrida no dia 27 de agosto de 1998 foi aprovado o regimento interno do Fórum Agenda 21 Local do Município de Florianópolis conforme consta no Anexo cinco da Agenda 21 local de Florianópolis.

Na Quinta reunião, que se deu no dia 8 de outubro do mesmo ano o Fórum solicitou a Floram a contratação de um estagiário para secretariar os trabalhos da Comissão de Organização. Aprovou-se ainda o plano básico para a obtenção de patrocínios para a realização dos seminários regionais.

O Informativo Floram (2000) diz que no dia 5 de novembro de 1998 ocorreu a sexta reunião plenária onde foi feita uma avaliação do processo de tudo o que havia sido feito até o momento e ficou definida uma estrutura básica para a pauta das reuniões plenárias. A sétima reunião ocorreu no dia 18 de dezembro de 1998, onde foi entregue a premiação aos vencedores do concurso de escolha do slogan e logomarca, ainda foi apresentado o modelo padrão de atas e ficou decidido que o Fórum entraria em recesso até março do próximo ano.

Em 25 de março de 1999, o Fórum voltou a se reunir na sua oitava reunião plenária, onde foi decidido que seriam criadas três coordenadorias para a realização dos seminários regionais, onde decidiu-se que as coordenadorias seriam as seguintes: Coordenadoria de divulgação e patrocínio, coordenadoria de infra-estrutura e coordenadoria técnica de eventos. Nesta oitava reunião foi ainda, apresentada a metodologia que seria utilizada nos seminários regionais, sendo a mesma aprovada pelo Fórum.

A nona reunião plenária veio a ocorrer no dia 22 de abril de 1999, onde ficou decidido que o Fórum realizaria um evento de lançamento dos seminários regionais a fim de divulgar os encontros que seriam realizados, também foi decidido a realização de um seminário de instrução para a realização dos seminários regionais. Foi ainda assinado o decreto nº 342/99 conforme mostra o Anexo três da Agenda 21 Local de Florianópolis que altera o decreto nº 176/98, prorrogando o prazo para a entrega do documento e de existência do Fórum para até o dia 30 de maio de 2000.

Informativo Floram (2000) comenta que no dia 1º de julho de 1999 foi realizada a décima reunião plenária, onde foi feita a primeira discussão sobre o processo de continuidade do Fórum após o termino do prazo estabelecido no decreto nº 342/99, nesta reunião foram apresentados os relatórios sobre os seminários regionais que já haviam sido realizados até o momento. Ainda ocorreram também algumas manifestações sobre os planos

diretores de algumas localidades do município, mais precisamente o Plano para a localidade do Campeche, Planície Entre-mares, e dos Ingleses e Santinho, Plano Santinho.

Na décima reunião plenária no dia 4 de novembro foi criada uma comissão para acompanhar os trâmites desses planos diretores junto à Câmara de Vereadores.

No dia 30 de março de 2000, na décima segunda reunião plenária aconteceu a apresentação da Versão Preliminar da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis e foi estipulado prazo de 30 dias para a apresentação de sugestões, complementação e devidas alterações para a primeira edição da Agenda 21 Local de Florianópolis.

No dia 25 de maio de 2000, ocorreu então a décima terceira e última reunião plenária desta etapa de implementação da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis, pois o decreto se encerraria no próximo dia 30 de maio. Nesta reunião foi então apresentada e aprovada a primeira edição da Agenda 21 local do Município de Florianópolis, e foi criada uma comissão para discutir e estudar as possíveis formas de continuidade do Fórum, visto o importante instrumento que foi criado onde todos acreditaram que era de suma importância a sua sequência para que a Agenda 21 Local do Município de Florianópolis possa ser continuamente melhorada e implementada de fato na sociedade.

5.1.4 Atividades da Organização da Agenda 21 Local de Florianópolis

Para organizar e coordenar os trabalhos desenvolvidos pelo Fórum Agenda 21 Local do Município de Florianópolis foi criada uma comissão composta por 16 entidades inscritas no Fórum, onde foi escolhida a Floram para ser a coordenadora do processo, e a mesma daria o apoio necessário para a realização das atividades referentes à Comissão e consequentemente ao Fórum.

A composição desta comissão ficou sendo a seguinte:

Abes (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária);
Amani (Associação dos Maricultores do Norte da Ilha);
Amocan (Associação dos Moradores do Campeche);
Amsal (Associação dos Moradores de Santo Antônio de Lisboa);
Câmara de Vereadores de Florianópolis;
Cdhgf (Centro de Humanos da Grande Florianópolis);
Comcap (Companhia de Melhoramentos da Capital);
Fiesc/Senai (Federação das Industrias do Estado de Santa Catarina)
Floram (Fundação Municipal do Meio Ambiente);
Fundação Lagoa;
Fundação Pró-Florianópolis;
Ipuf (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis);
Sebrae (Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa);
Sociedade Civil Amanhecer
Ufsc (Universidade Federal de Santa Catarina);
Unicobi (União dos Conselhos da Bacia do Itacorubi);

As reuniões desta comissão ocorriam semanalmente na sede da Floram, onde foram totalizadas 75 reuniões ao longo de meses.

A - Atividades de infra-estrutura

A infra-estrutura física utilizada para os trabalhos realizados pela Comissão de Organização foi cedida pela Floram, que ficou responsável por montar uma estrutura administrativa para dar suporte aos trabalhos a serem realizados, onde disponibilizou um estagiário, uma sala, um computador, assim como toda a estrutura da sede da Floram como sala de reuniões, biblioteca e material expediente.

A Comissão de Organização era responsável pela execução das deliberações do Fórum, como a manutenção de um banco de dados com cadastros de pessoas, entidades e instituições de ensino, envio de ofícios, denúncias e moções decididas pelo Fórum, assim como trabalhos de divulgação, conscientização e pesquisa.

A Composição inicial da Comissão foi se alterando no decorrer do processo com aval do Fórum devido a algumas faltas e desistências que por algum motivo estas pessoas deixavam a desejar na sua participação, e dos 16 integrantes a média de presença nas reuniões ficava em torno oito participantes. Por este motivo a comissão aceitava a participação de colaboradores para ajudarem nos trabalhos da mesma.

B - Atividades de divulgação e Patrocínio

A Comissão de Organização executava atividades de divulgação dos trabalhos e da própria Agenda 21, onde contava com o apoio da acessória de imprensa da Floram para os trabalhos junto aos meios de comunicação, meios estes, que não apoiaram da melhor maneira possível, praticamente ignoraram a existência deste processo no município, pois um trabalho desta relevância deveria ser muito mais divulgado nestes meios de comunicação, que são os meios de maior abrangência na comunidade.

Para a conscientização nas escolas do município a Comissão contava com o apoio do departamento de educação ambiental da Floram que realizou e continua realizando trabalhos amplos de educação ambiental em todas as escolas do município.

Para os seminários regionais a Comissão contou com o apoio da coordenadoria criada pelo Fórum, que tinham a função de captar patrocínio para que estes seminários fossem viabilizados, assim como realizar o trabalho de divulgação do mesmo.

C - Atividades Técnicas

Para que toda essa estrutura montada, tanto da Comissão de Organização como do Fórum Agenda 21 Local do Município de Florianópolis, colocasse em prática o objetivo final de todo o processo que é a melhora da qualidade de vida de todos através da elaboração da Agenda 21, eram necessários trabalhos técnicos mais elaborados e estudados para embasar o documento.

A Comissão então realizou as práticas de identificação dos problemas e necessidades de cada região conforme a metodologia escolhida pelo Fórum, que foram os seminários regionais.

Para a realização destes seminários regionais a Comissão buscou colaboradores interessados em participar efetivamente desta etapa do processo, onde vários integrantes do Fórum passaram a auxiliar os trabalhos desta comissão.

O município de Florianópolis foi dividido em 10 regiões levando-se em conta as características de localização e afinidades de cada bairro, desta maneira foi possível a elaboração de um trabalho bem detalhado junto as comunidades.

No início do processo Agenda 21 Local de Florianópolis foi realizado um seminário de lançamento e dois seminários de instrução, já os seminários regionais foram realizados 10 seminários, um para cada uma região, sendo que em algumas regiões estes foram repetidos, totalizando 15 seminários regionais.

Nestes seminários foi utilizada a técnica de “metaplan”, onde os participantes são os atores principais através de grupos de discussão de até cinco pessoas que discutiam e identificavam os problemas da comunidade, assim como as causas destes, os responsáveis, as potencialidades de cada bairro e as ações necessárias para melhoria da situação local objetivando um resultado global. Com esta metodologia os próprios participantes escreviam em tarjetas e as colavam em murais para uma visualização de todos.

Os temas abordados eram divididos nas seguintes áreas:

1- Infra-estrutura:

- Luz
- Água
- Sistema de esgoto
- Estradas
- Ruas
- Drenagem
- Telefone

2- Desenvolvimento Social:

- Saúde
- Educação
- Segurança
- Perfil demográfico
- Ação social
- Esportes
- Lazer

3- Econômico:

- Geração de emprego me renda
- Qualificação profissional
- Crédito
- Serviços
- Indústria

4- Ecossistemas:

- Solo
- Águas subterrâneas e superficiais
- Mangues
- Florestas
- Atmosfera
- Fauna

5- Ocupação do solo urbano e rural:

- Plano diretor
- Critérios para abertura de ruas
- Prevenção de inundações
- Contenção de encostas
- Loteamentos
- Ocupação ilegal de áreas
- Trânsito
- Conservação e limpeza dos espaços públicos
- Ocupação das prais
- Coleta de lixo

6- Estrutura política organizacional:

- Organização da comunidade
- Participação comunitária
- Estrutura político administrativa da prefeitura
- Avaliação do executivo municipal (eficácia nos objetivos e eficiência nas operações)

7- Cultura:

- Manifestações históricas
- Manifestações artísticas
- Manifestações culturais em geral
- Espaços culturais: oficinas de artes, cinemas, teatros, museus, etc.

Após esses trabalhos regionais os dados coletados foram repassados para tabelas em formatação padrão (Anexo 6) onde os resultados poderiam ser melhor visualizados. Essas tabelas vieram a ser o primeiro material elaborado exclusivamente pelas comunidades.

Dando continuidade aos trabalhos, estas tabelas foram encaminhadas de volta para cada região, através de seus representantes para que fossem analisadas, revisadas, corrigidas a fim de melhorar o resultado dos seminários.

A partir daí a Comissão de Organização já tinha um bom material para iniciar estudos mais aprofundados para o início da elaboração do documento. O material que resultou destes seminários foi estudado pela comissão, e devido a riqueza dos dados nele contidos foi então iniciado um trabalho para elaborar um documento preliminar, ou seja a identificação dos problemas pela comunidade com um diagnóstico por áreas e setores juntamente com um embasamento teórico mais elaborado.

A Comissão de Organização em conjunto com colaboradores dos mais diversos setores da sociedade, como doutores, professores e alunos das universidades, representantes comunitários, representantes de alguns órgãos governamentais e algumas colaborações da iniciativa privada, assim como sugestões de toda a comunidade, sistematizou um documento preliminar.

Este documento foi dividido em seis áreas temáticas baseadas nos princípios básicos da abordagem feita junto às comunidades, são elas: (Agenda 21 Local do Município de Florianópolis, 2000)

- a) Desenvolvimento Sustentável Regionalizado;
- b) Gestão dos Recursos Naturais e Ambientais;
- c) Planos Diretores e a Comunidade;
- d) Cultura e Cidadania;
- e) Infra-estrutura e Qualidade de Vida;
- f) Geração de Emprego e Renda.

Para passar das ideais a pratica dentro de cada área temática acima citada foi apresentado um diagnóstico da situação atual do cada setor, de interesse. Em função disso e com base nos dados levantados junto às comunidades foram elaborados projetos, objetivos e atividades a serem desenvolvidas e atacados durante sua operacionalização.

Este documento foi então chamado de versão preliminar da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis, e foi apresentado ao Fórum Agenda 21 Local do Município de Florianópolis no dia 30 de março de 2000, na 12ª Reunião plenária.

O Fórum recebeu o documento com a função de analisá-lo e estudar o seu conteúdo para corrigir erros, sugerir alterações ou novas abordagens e inclusões. Este documento, foi encaminhado para os diversos segmentos da sociedade, para que todos pudessem contribuir para aquela que viria a ser a primeira edição da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis. Após aprovada a versão preliminar foi então dado um prazo de 30 dias para as devidas correções, e os interessados deveriam enviá-las diretamente a Comissão de Organização.

Muitas críticas e sugestões apareceram, algumas criticavam a sua metodologia, outras o seu conteúdo, alguns elogiavam o documento como sendo algo inédito no município, outros contribuíam com materiais importantes para a complementação de alguns dados, enfim foi um trabalho conjunto, participativo e voluntário entre todos aqueles que entenderam ser um documento para o município e suas gerações atuais e futuras, onde os que se recusaram a participar deste processo por não receber remuneração, ou os que se retiraram do processo por algum outro motivo menor que o futuro do município só perderam, ou melhor, deixaram de ganhar a experiência que só um processo como este pode conceder, assim como um melhor entendimento das necessidades do município.

Como abordado no parágrafo anterior, uma minoria dos integrantes do Fórum, que não soma 5% de seu total representativo solicitou a retirada de seus nomes do documento, pois não estavam de acordo com os caminhos que o levaram a sua construção. A meu ver uma incoerência, pois os caminhos traçados até o momento sempre foram tomados por consenso, ou seja, os mesmos que eles ajudaram a criar e haviam concordado. Talvez, existiam motivos políticos e particulares que os fizeram se afastar do processo não cabendo a neste trabalho analisá-los.

Mesmo com estes pequenos protestos o Fórum Agenda 21 Local do Município de Florianópolis continuava a crescer, chegando ao seu final com mais de 130 entidades representativas de setores da sociedade.

Continuando assim, a data limite de entrega da versão final do documento ao município foi o dia 30 de maio de 2000. Visto isso, a comissão passou a trabalhar nestes dados novos que iam aparecendo e, conforme eram analisados iam sendo inseridos no documento.

No dia 25 de maio de 2000 ocorreu então a 13ª reunião plenária onde foi então apresentada e aprovada a primeira edição da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis.

Esta 1ª Edição é dividida em 40 capítulos, sendo que 38 deles abordam 6 áreas temáticas e os dois capítulos finais tratam de sua implementação e de seus objetivos. As seis áreas temáticas são as mesmas apresentadas na versão preliminar (Desenvolvimento Sustentável Regionalizado, Gestão dos Recursos Naturais e Ambientais, Planos Diretores e a Comunidade, Cultura e Cidadania, Infra-estrutura e Qualidade de Vida, Geração de Emprego e Renda) e os dois capítulos finais são os seguintes:

Capítulo 39:

Trata da implementação da Agenda 21 Local e aborda as responsabilidades, mecanismos de ação, prazos e recursos financeiros por áreas temáticas.

Capítulo 40:

Trata do objetivo geral do documento, que é a busca do desenvolvimento sócio-econômico com a preservação ambiental, ou seja, o desenvolvimento sustentável.

A estrutura final do documento é uma estrutura em módulos, o que permite a fácil manipulação dos dados para futuras alterações, sendo que a inserção de novos tópicos não afeta os já existentes, desta maneira a Comissão de Organização conseguiu manter um documento flexível as eventuais mudanças que venham a ocorrer.

5.1.5 Ações para Continuidade do Processo

Após concluída esta primeira etapa do processo, que é a implantação da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis, ou seja a construção das bases de ação e do documento em si, o Fórum acreditou que este processo de plena participação comunitária não deveria morrer, e a sua continuidade seria essencial para que o conteúdo do documento fosse efetivamente colocado em prática visando a implementação da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis, pois, verificou-se que o processo realizado era algo muito maior e mais amplo que apenas um documento.

Para dar continuidade então, na última reunião plenária foi criada uma comissão para estudar as formas legais e possíveis de dar continuidade ao Fórum, ou com a criação de um Fórum permanente, ou com a criação de uma organização não governamental, ou uma outra forma possível que garanta este espaço rico de discussões e construção. Esta comissão tem o prazo até o dia 25 de novembro para reconvocar os integrantes do Fórum para apresentar as propostas de continuidade.

5.1.6 Custos para a Implantação da Agenda 21 Local em Florianópolis

Aqui são tratados os custos de todo o processo de Fóruns, seminários e elaboração do documento, e não os custos de implementação da Agenda 21, que são apenas estimativas de custos.

A Agenda 21 de Florianópolis contou com o apoio de patrocinadores, porém estes tiveram de passar por uma aprovação do Fórum Agenda 21 Local de Florianópolis, onde este decidiu não aceitar dinheiro de empresas que tivessem um passado com práticas contra o meio ambiente local. Assim sendo, a quantia monetária levantada foi muito inferior ao esperado, visto que grandes empresas foram vetadas.

O total de fundos levantados, segundo dados da secretaria de finanças da Floram, responsável pela administração dos gastos do Fórum, foi de R\$14.000,00, porém a Prefeitura Municipal de Florianópolis, na figura da Floram arcou com outros gastos, como os administrativos, os de publicação do documento e os de correio onde se somando tudo,

segundo estimativas da superintendente da Floram, Elizabeth Amin Vieceli, os gastos chegam perto de R\$40.000,00 reais.

5.2 Caracterização do Município de Lima – Peru

O Peru é o terceiro maior país da América do Sul com uma área de 1.285.216 km². Limita com o Equador e a Colômbia ao norte, o Brasil e a Bolívia ao leste, o Chile ao sul.

O departamento de Lima está localizado na zona centro ocidental do País, onde oeste é banhado pelas águas do oceano Pacífico e pelo leste limita com os Andes. Lima tem uma extensão de 33.820 km² e sua população supera os 7 milhões de habitantes, quase um terço de todos os habitantes do Peru. A cidade de Lima, é a capital do país, é uma das mais importantes da América Latina, no que se refere a patrimônio cultural da humanidade, além de ter um clima suave durante todo o ano, devido a sua proximidade das praias e ausência de chuvas, conforme é mostrado na foto a continuação.

Foto 2 - Vista Panorâmica da Cidade de Lima – Peru



Lima, também conhecida como a Cidade dos Reis, foi fundada em 18 de janeiro de 1535 a margem do Rio Rimac, pelo conquistador espanhol Francisco Pizarro. devido às magníficas condições estratégicas e geográficas a palavra Lima provém de Rimac – vocábulo *quéchua* que significa “falador”.

Durante a dominação da Espanha sobre o país, entre os séculos XVI e XVII, Lima converte-se na cidade mais importante e poderosa desta parte do continente, sendo o centro de todas atividades comerciais e culturais da colonização espanhola. Em 28 de Julho de 1821, logo após uma serie de movimentos políticos e de emancipação, o general José de São Martin proclama a Independência do Peru e dá inicio a etapa Republicana do País.

5.2.1 População

De acordo com estatísticas recentes (1999), o Peru tem uma população estimada de 25,232 milhões de habitantes e uma taxa média de crescimento de 1,71% ao ano, o 50,4% da população são mulheres, o 71,9% da população vive nas áreas urbanas e adensidade populacional é de 20 hab/km quadrados.

Quadro 2– População Peruana na América Latina

PERU EN AMERICA LATINA: 2000 (Millones)			
POBLACION		POBLACION	
1. Brasil	171	6. Venezuela	24
2. México	99	7. Chile	15
3. Colombia	42	8. Ecuador	13
4. Argentina	37	9. Guatemala	11
5. Perú	26	10. Bolivia	8

Fonte: Internet População Peru.(08/12/00)

Como pode-se observar no quadro a população peruana ocupa o quinto lugar com relação aos países de América Central, e quarto na América do Sul.

5.2.2 Geografia e Clima

O país está dividido em três regiões conforme mostra o quadro a continuação:

Quadro 3– Regiões Topográficas e Climáticas do Peru

Características das Regiões naturais e Climáticas

- A) **Costa**, uma área litoral estreita;
- B) **Serra**, uma zona central montanhosa “Cordillera de los Andes”;
- C) **Selva**, a bacia superior da Amazônia.

Fonte: Internet Regiões naturais Peru (29/12/ 2000)

O clima do Peru varia do tropical na montanha ao ártico nos Andes. Este país tem sete tipos ecológicos, pode por isso ter a maioria dos climas do mundo.

A seguir faremos um breve comentário de cada uma destas regiões:

a) Costa é o centro da atividade industrial, comercial e agrícola do país. Lima, a capital política é o centro econômico do Peru. Tem mais de sete milhões de habitantes. O clima litoral é quente no norte e temperado no centro, e o sul é caracterizado por a falta de chuvas. O verão vai de dezembro a março e a inverno de maio a agosto. Na planície litoral a temperatura é normalmente uniforme, com uma média de aproximadamente 20° C durante todo o ano. O clima litoral é moderado pelos ventos que vem da corrente fria no Mar Peruano, conhecida como a Corrente de Humboldt, que registra uma temperatura média anual de 19° C o que possibilita que o Peru seja um dos maiores países pesqueiros do mundo.

b) Serra abrange as montanhas dos Andes, platôs e vales elevados que cobrem 27% da área. Dependendo da altura, o clima varia do temperado a muito frio, com chuvas que excedem 100 polegadas anualmente em algumas áreas. Nesta região há cidades construídas a mais de 3.800 metros acima do nível do mar; Puno, no lago Titicaca está acima dos 3.850 metros acima do nível do mar; e Cerro de Pasco 4.302 metros acima do nível do mar. Na Serra, as escalas de temperatura variam de aproximadamente -7 a 21° C. O período das chuvas é de outubro à abril. Em Cuzco, na Serra do sudeste, as precipitações anuais calculam-se em uma média de 81,5 mm.

c) Selva é a região mais extensa e menos povoada do Peru. É a Floresta Amazônica que cobre uma área equivalente a 60% do território nacional. O clima é tropical, isto é, quente, úmido e chuvoso. A Selva, onde a flora e a fauna são consideradas as mais

ricas do mundo, são cruzadas pelo rio Amazonas, o rio o mais caudaloso do mundo, que nasce da união dos rios Marañón e Ucayali perto da cidade de Nauta, no Departamento (Estado) de Loreto. A Selva é extremamente quente e úmida. Os ventos do leste que passam através dessa região recolhem a umidade que é depositada mais tarde nas inclinações orientais andinas. As precipitações anuais em alguns distritos calcula-se em uma média de 3.810 mm. A maior parte desta chuva, que cai principalmente de novembro à abril, drena eventualmente à montanha.

5.2.3 Línguas

As línguas oficiais são o Espanhol e o *Quechua*, o último falado pelas populações *da Serra*. Do mesmo modo, em outras áreas geográficas, isto é o departamento de, Puno, interior do país é falado o *Aymara*. No entanto, há muitos outros dialetos falados nas comunidades nativas da Selva.

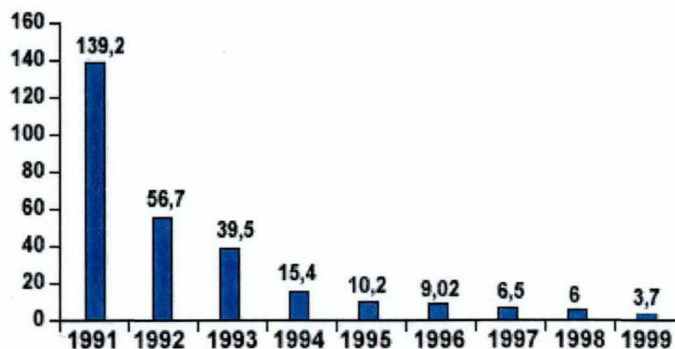
5.2.4 Economia

O Peru como outros países de América Latina, se encontra com inúmeros problemas políticos, sociais, e econômicos causados por políticas de governantes e administrações anteriores, atualmente depende muito de investimentos estrangeiros, trazendo como consequência certa dependência dos países mais desenvolvidos.

Após 1990, com o novo governo do ex - presidente Alberto Fujimori, o país vê então, sua inflação declinar ano a ano, todo isto foi fruto do grande esforço da conscientização do país, que contribuiu contra o caos político atual, a população contribui de forma nunca presenciada, o combate a corrupção e sobre todo ao terrorismo foi um sucesso, o que levou ao país a uma rápida reconstrução econômica e social.

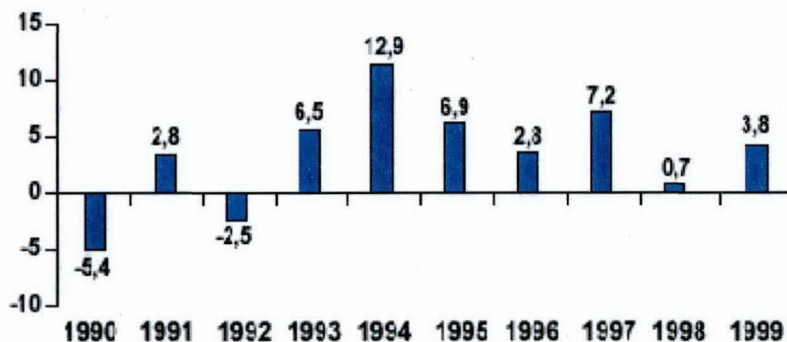
A qualidade de vida da população melhora substancialmente, trazendo investimentos estrangeiros, principalmente do Japão que desde iniciou se mostrou interessou na exploração de minerais no interior do país.

Analisando o gráfico abaixo, percebe-se que apesar do forte impacto de inflação causado pelos governantes anteriores o país ano traz ano vai diminuindo sua inflação logrando uma certa estabilidade econômica em 1999.

Gráfico 1 - Inflação Anual (%)

Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Informática de Lima – Peru

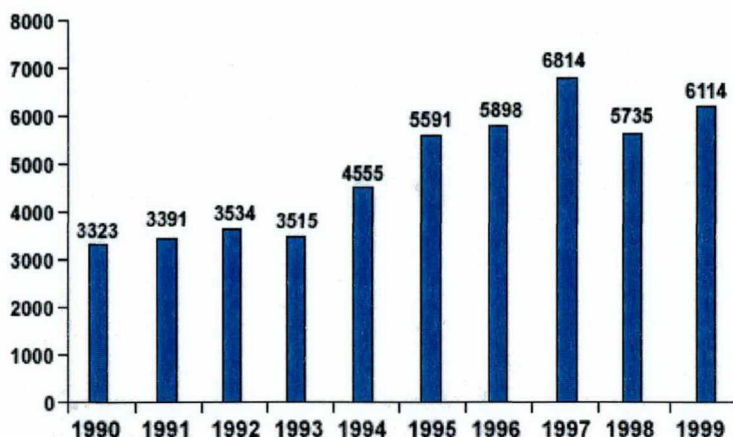
Assim o país toma rumo em busca de um certo grau de estabilidade, logrando um crescimento econômico, e sobre todo credibilidade internacional trazendo consequentemente investimentos estrangeiros, além são lançados programas de privatização, no setor de comunicações e mineração. No entanto o PIB também sofre elevações positivas ano a ano dando mais confiança na economia do país como mostra o gráfico em baixo:

Gráfico 2 – Produto Interno Bruto em (%)

Fonte :Banco Central de Reserva de Lima – Peru

Aproveitando toda esta onda de crescimento econômico, o país inicia suas atividades comerciais explorando suas principais produções que são farinha de pescado, milho, cana de açúcar, algodão, café, lã, minerais processados, petróleo refinado e têxtil.

Colocando assim seus produtos no mercado internacional elevando suas exportações ao longo dos anos, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 3 – Exportações em Milhões (US\$)

Fonte: Banco Central de Reserva de Lima Peru.

Entretanto o país logo de uma considerável recuperação econômica, manifestantes de partidos políticos de oposição ao governo, logram identificar irregularidades na administração atual, acusando ao governo da falta de democracia, corrupção e fraude eleitoral, todas estas acusações foram comprovadas com a divulgação de uma fita de vídeo passada na mídia nacional, comprometendo a credibilidade do presidente e sua equipe econômica, terminando assim o modelo de administração Fujimorista, que apesar de todo foi considerado o melhor governo que o país já teve.

5.3 Pressupostos Básicos para Implantação da AG 21 Lima – Peru

Atualmente as cidades, em diversas regiões do mundo, começam a adotar novas técnicas de planejamento e gestão, originárias do âmbito empresarial, dirigidas ao desenvolvimento urbano. Isto porque, cada vez mais, toma-se consciência de três aspectos fundamentais:

As cidades, assim como as empresas, vivem num mundo concorrencial, competindo entre si para atrair investimentos, visitantes e moradores;

O potencial de desenvolvimento das cidades não será realizado se for deixado por conta da ação das forças do mercado. As cidades precisam de uma visão estratégica para guia-las.

O futuro das cidades já não é mais um problema exclusivo das administrações públicas, mas afeta e interessa à população em geral e aos agentes sociais e econômicos que nela atuam.

O planejamento estratégico é uma das técnicas mais usadas, porque ele atende a várias demandas colocadas por esta nova realidade. Enquanto o planejamento tradicional tende a ser impositivo, excessivamente rígido e especializado, mais valorizado ao produto que ao processo e pouco participativo, o planejamento estratégico é um instrumento altamente mobilizador por que trabalha com uma visão de longo prazo é participativo e democrático, envolvendo os diversos atores presentes na cidade, e não apenas funcionários da prefeitura; e sistêmico, abrangendo todos os aspectos de vida urbana de maneira integrada; e voltado para a ação, definindo objetivos e caminhos para atingi-los; ultrapassa o limite temporal de uma administração, pois é um processo da comunidade.

A metodologia do planejamento estratégico aplicado às localidades como a cidade de Lima parte do pressuposto de que é necessário conhecer com clareza os principais concorrentes da cidade;

As vantagens e desvantagens competitivas da cidade; as ameaças e as oportunidades que o ambiente nacional e internacional oferecem. Este conhecimento irá permitir aos principais atores sociais, econômicos e políticos, ouvindo a comunidade, formular estratégias e projetos de longo prazo para se alcançar o modelo desejado para a cidade de Lima.

Quadro 4– Pressupostos para Implantação da AG 21 de Lima – Peru

PRESSUPOSTOS BÁSICOS PARA IMPLANTAÇÃO DA AG21 LOCAL	
EM LIMA – PERU	
1. METODOLOGIA POPULAR PARTICIPATIVA	
2. TEMAS SUGERIDOS PARA AVALIAÇÃO	
a)	Logística portuária de Transporte
b)	Infra Estrutura de Telecomunicações
c)	Região Metropolitana
d)	Uso e Ocupação do Solo
e)	Revitalização do Centro
f)	Infra-estrutura de Serviços Turísticos
g)	Meio Ambiente
h)	Transporte e Transito
i)	Qualidade de Vida
j)	Cultura Esporte e Lazer
k)	Administração Pública

Fonte: NUPEGEMA -CAD –CSE -UFSC

5.3.1 Método Popular Participativo

Mudar a relação entre comunidade e as autoridades é uma tarefa complexa e longa. As pessoas precisam ser convencidas da importância da contribuição individual na solução dos problemas globais e de que sua participação trará resultados que não estão “perdendo tempo” mas sim, garantindo algum controle sobre seu próprio futuro e de seus descendentes.

Ao mesmo tempo, os governos precisam tomar consciência de que a participação da comunidade, ao contrario do que se imagina, não retarda o processo e nem incita ao conflito e sim enriquece com novas e consistentes idéias que só podem ser fornecidas por quem vive a realidade do problema.

O planejamento realizado em conjunto previne que modelos implantados, muitas vezes com apoio de especialistas no assunto, falhem após concretizados, por não atenderem as especificidades exigidas pela comunidade diretamente envolvida. Ao contrário de ser alvo de criticas, as atitudes previamente discutidas recebem apoio do cidadão, que se sente, ele próprio, responsável pelos resultados, já que participou das discussões, entende o

porque das decisões tomadas e sabe que todos colherão bons frutos do plano de ação elaborado em conjunto. Mesmo que o processo inicial demande um pouco mais tempo, acaba sendo compensado pelos resultados finais. O programa sugerido como modelo para o Município da cidade de Lima é:

Formação de um grupo de Sustentação que deve ter representação de todos os segmentos da comunidade como comércio, indústria e demais atividades relevantes na cidade de Lima (porto e turismo), incluindo as Associações de Bairros e representantes das classes tradicionalmente marginalizadas (mulheres, jovens, idosos, negros, etc). Esse grupo tem a função de supervisionar o processo de implantação da Agenda 21 local, definir as prioridades, discutir e avaliar o plano de ação. Os membros deste grupo dispõem de mandato oficial e são responsáveis por garantir a continuidade dos programas de ação, independentemente das mudanças de governo. Em Lima já existem várias associações, conselhos, sindicatos, etc que podem estar representados nesse grupo para auxiliar nas decisões do governo atual.

5.3.2 Temas Sugeridos para Avaliação em Lima – Peru

Para a sugestão da implantação da Agenda 21 Local no município de Lima, será utilizado como base o mesmo quadro sugerido para a Agenda 21 global.

a) Logística Portuária e de Transportes

Para garantir maior integração e incorporação de regiões de grande densidade econômica da cidade de Lima deverão ser viabilizados investimentos na infraestrutura de transporte, envolvendo recursos do poder público e do setor privado.

Também a capacidade instalada em logística portuária necessitaria de investimentos de complementação e de otimização para seu pleno aproveitamento, principalmente no sentido de diversificação das cargas movimentadas e de modernização.

b) Infra Estrutura de Telecomunicações

É fundamental a disseminação de redes com cabos de fibras ópticas, que permitam a implementação de sistemas de gerências de redes, novos serviços de faixa larga e faixa estreita com vistas à obtenção de maior agilidade e também maior capacidade, qualidade e confiabilidade de transmissão de dados. O objetivo é o atendimento de toda e qual-

quer demanda de serviços de telecomunicações dentro dos melhores padrões internacionais.

c) Região Metropolitana

A interdependência do Município de Lima não mais permite a tentativa de solução isolada dos problemas de cada município. Em questões tais como transporte, saúde, saneamento, educação e meio ambiente, e ação social é essencial a gestão articulada entre as administrações municipais da região Metropolitana.

d) Uso e Ocupação do Solo

Lima deve fortalecer-se como centro de serviços, principalmente, de apoio ao comércio exterior, priorizando aqueles que agreguem mais valor por unidade de área construída e não demandem a elevação dos índices de adensamento e circulação. Deve-se ter em vista a perspectiva do desenvolvimento do turismo e a preservação da identidade do morador com a cidade, procurando tornar a cidade de Lima um exemplo de cidade onde exista valorização e apropriação pública do seu patrimônio histórico, cultural e ambiental.

e) Revitalização do Centro

O objetivo é proporcionar a valorização do centro enquanto espaço urbano dotado de características próprias e intransferíveis, com a melhoria dos seus atuais níveis de habitabilidade, funcionalidade e beleza. Visa-se tornar o Centro agradável e atraente para moradores, usuários e freqüentadores, aí incluídos proprietários e investidores, artistas trabalhadores, estudantes, comerciantes, prestadores de serviços, turistas, fornecedores e consumidores.

Com isto espera-se o incremento da vitalidade de suas funções sociais, econômicas e culturais e o aumento de sua capacidade de atração de interesses, tornando-o mais competitivo em relação a outras áreas urbanas.

f) Infra Estrutura e Serviços Turísticos

O objetivo é transformar a cidade em uma referência do turismo nacional criando produtos turísticos competitivos e diversificados.

g) Meio Ambiente

Deve-se implantar uma Agenda 21 Local, compromisso assumido por todos os países na Conferência do Meio Ambiente Rio-92 e promover o desenvolvimento sustentável através de um planejamento de longo prazo, com a participação da população, parcerias com a sociedade e integração das políticas públicas. É fundamental a educação ambiental; da população e dos agentes econômicos e sociais visando à conscientização de que os recursos ambientais são um bem sócio cultural e econômico, fator de equilíbrio físico mental, imprescindível à sustentabilidade e à qualidade de vida, ao aprimoramento humano do cidadão e à solidariedade. São objetivos prioritários a redução da poluição atmosférica gerada pelas diversas atividades econômicas e por fontes móveis; a promoção da despoluição de praias, rios ; a preservação das áreas verdes; e o aperfeiçoamento do tratamento e disposição final dos resíduos sólidos.

São necessárias intervenções físicas para melhorar e prolongar a oferta das fontes atuais de água e desenvolver a captação em fontes alternativas.

h) Transporte e Trânsito

O principal problema que condiciona o desenvolvimento e a qualidade do transporte coletivo no Município é o reduzido tamanho e a própria configuração espacial de rede viária básica, que tem de suportar, além do tráfego local um intenso tráfego de passagem. As conseqüências são engarrafamentos, que provocam demora, elevação de custos, perda de qualidade no transporte coletivo e agravamento da poluição atmosférica e sonora.

i) Qualidade de Vida

Educação: O sistema deve ser abordado de forma mais integrada, desde a educação infantil ao ensino superior. A ação municipal deve dar-se em dois níveis: no que se diz respeito a educação infantil e ao ensino fundamental, assumindo a responsabilidade direta, através da municipalização da rede escolar; e quanto ao ensino de 2º grau, profissionalmente e superior, exercendo um papel articulador. Em todos os níveis é preciso conseguir uma maior integração das instituições de ensino com a sociedade, com vistas a captar e atender às demandas em constante mutação, especialmente na época de rápidas transformações sociais, econômicas e tecnológicas como a atual.

A universalização do ensino de primeiro grau é uma meta a ser perseguida, embora haja oferta de vagas em quantidades suficiente na rede de ensino, outros fatores

muitas vezes de natureza social, precisam ser equacionadas para garantir a incorporação da parcela da população carente que ainda não se inseriu no sistema escolar.

O desafio maior encontra-se em reduzir os índices de evasão e repetência e melhorar a qualidade do ensino em todos os níveis. Para tanto, é preciso retirar a ênfase dada pelo modelo gerencial vigente aos insumos do sistema educacional e criar mecanismos que valorizem a obtenção de resultados.

Saúde: A concepção de saúde como expressão de qualidade de vida pressupõe a construção de um município saudável, no sentido de melhorias das condições de vida, com equidade.

O Município vem assumindo um papel maior no atendimento à saúde, com a municipalização dos centros de saúde.

Ação Social: O objetivo é assegurar o atendimento de todos os excluídos sociais do município para garantir a sua inclusão na sociedade, assumindo a assistência social como política pública, direito do cidadão e dever do Estado, com participação da sociedade.

Segurança Pública: A melhoria da segurança pública esta diretamente ligada à melhoria da qualidade de vida de toda a população. Neste sentido, o processo de desenvolvimento integrado e as políticas sociais voltadas para a população carente são fundamentais. Por outro lado, as grandes aglomerações urbanas são propiciadoras de condições para o surgimento da violência. Assim sendo, a existência de uma infra-estrutura urbana adequada em todas as áreas da cidade é fundamental, permitindo não só a melhoria da qualidade de vida, como também uma mais efetiva ação repressora aos crimes e o combate à impunidade. Uma política de segurança pública formulada de forma democrática deve resultar de um amplo debate e partilha de responsabilidades por toda a sociedade.

j) Cultura, Esporte e Lazer

O cidadão, para forma-se deve ter acesso ao patrimônio de bens culturais da humanidade, num dialogo de saberes entre a ciência, as artes e os demais conhecimentos. Cultura está intimamente ligada a educação e à memória histórica, sendo essencial para a formação do individuo e a sociedade. Também é indissociável cultura e turismo, sendo o turista contemporâneo ávido por conhecer, saber e aprender. O objetivo central será a busca da valorização uma identidade própria para cultura local, com um esforço pela preservação da tradição e da memória histórica e o incentivo à produção e divulgação cultural.

k) Administração Pública

As transformações que hoje se processam nas relações entre estado e sociedade, as exigências crescentes de modernização do setor público e a crise fiscal do estado estão exigindo dos municípios uma revisão de seus métodos de gestão. É necessário dar continuidade ao processo de aperfeiçoamento de os métodos de gestão e reestruturação dos serviços e do quadro do pessoal da Prefeitura, no sentido de maior eficiência no uso dos recursos e no atendimento à população.

5.4 Roteiro para Elaboração da Agenda 21 Lima – Peru

Com base nas diretrizes da Agenda 21 Global e na experiência de Florianópolis no processo de implantação da Agenda 21 Local, elaboramos um roteiro para a elaboração da Agenda 21 Local do Município de Lima no Peru.

Assim sendo, após muita análise no caso de Florianópolis e estudo da situação e característica peculiar do município escolhido (Lima) apresentamos o roteiro de implantação da Agenda 21 Local de Lima – Peru.

Por ser um país que vive momentos delicados no que diz respeito a sua situação política perante o resto do mundo é necessário abordar com os temas com cuidado para não enfrentar oposições, já sejam elas políticas ou ideológicas.

5.4.1 Ações Iniciais

Como observado anteriormente, a característica política do país atualmente faz com que tenhamos que trabalhar em duas camadas da sociedade: A conscientização dos políticos e dirigentes de Lima, e por outro lado a conscientização da população. Pois, antes de iniciar qualquer processo desse tipo em um país acostumado com um processo ditatorial é muito delicado.

A - Conscientização Política

Consideramos esse passo muito importante e de vital importância para o prosseguimento do processo, pois em um país com a situação política delicada é necessário acima de tudo mostrar aos dirigentes e administradores públicos que eles não tem nada a perder.

Dessa forma reuniões de cúpula são necessárias. É indicado primeiro convencer pessoas de confiança do administrador direto do município para que essas possam ir adiantando a importância desse processo. Passada esta etapa pode-se passar a trabalhar diretamente com as lideranças municipais na busca de uma forma de iniciar um processo sem conflitos, pré-conceituações e rachas.

B - Conscientização Social

A segunda etapa inicial é buscar uma conscientização social. Para catalisar este processo é importante trabalhar com os grupos formadores de opinião como universidades, escolas, grupos folclóricos e regionalistas, igrejas e outras organizações deste tipo.

A partir daí podemos começar a pensar em metodologias e formas de implantar a Agenda 21 Local de Lima.

5.4.2 Ações Organizacionais

Após criado um clima positivo junto aos formadores de opinião podemos pensar nos passos organizacionais para o processo.

A - Criação de um Fórum Independente

A exemplo do município de Florianópolis, a criação de um Fórum especial para coordenar o processo de implantação é de suma importância, pois, transmite uma segurança e independência aos seus integrantes.

B - Divulgação e Adesão Popular

Após criado um Fórum é importante a realização de ampla divulgação utilizando aí todas as ferramentas de marketing viáveis. Porém, o mais importante é atingir todos os setores da sociedade sem favorecimento para certas camadas sociais, o que tiraria um certo valor do processo.

Durante e após esta etapa de divulgação já se deve trabalhar com o processo de adesão ao fórum, onde todo cidadão deve ter o direito de ser ouvido.

C - Primeiras Reuniões

As primeiras reuniões oficiais do Fórum independente devem objetivar a busca de articuladores sociais, ou seja, pessoas ou organizações capazes de organizar os primeiros trabalhos palpáveis em prol da elaboração do documento. Dentre estes articuladores devem ser identificados dois tipos de atores: atores governamentais e os atores não governamentais.

5.4.3 Ações Efetivas

Após a definição dos articuladores já se pode dizer que temos um bom caminho andando, pois se chegou-se a esse ponto, a continuidade do processo já esta bem preparada devido o comprometimento e responsabilidade social que já deve ter sido despertada nestes articuladores que a partir desse ponto estarão aptos a aplicarem os primeiros trabalhos técnicos.

A - Divisão Física do Município

Nesta etapa os articuladores em conjunto com os integrantes do Fórum já tem capacidade e conhecimento necessário do tipo de trabalho a ser aplicado no município, assim sendo poderão dividir o município em regiões físicas propícias para a aplicação dos seminários para levantamento da situação atual de cada região e assim elaborar um diagnóstico sócio – econômico – ambiental de Lima.

B - Seminários

Como trabalho fundamental para o processo apontamos a elaboração de Seminários nas regiões divididas do município. É onde as equipes de articuladores entrarão em contato direto com as diferentes realidades do município.

C - Diagnóstico

Da mesma forma que foi aplicado em Florianópolis, o diagnóstico deve abordar toda questão sócio- econômica – ambiental de cada região municipal. Este diagnóstico deve abordar os seguintes pontos:

- a) Problemas da região;
- b) sociais;
- c) econômicos;
- d) ambientais;
- e) Causas dos problemas;
- f) Alternativas de solução;
- g) Responsáveis para busca das soluções;
- h) Prazos.

D - Fórum Independente

O Fórum independente, além das atribuições já citadas, tem suma importância na seqüência do processo, pois deve levar em análise popular os resultados obtidos a fim de enriquecer o trabalho, corrigir eventuais falhas e acima de tudo unificar as informações regionais em informações municipais, tendo assim uma visão geral das principais prioridades do município.

5.4.4 Procedimentos Finais

Chegando o Fórum a um consenso, pode-se passar para algumas etapas de conclusão do processo de implantação da Agenda 21 Local. A ver:

- a) Redação final do documento;
- b) Edição e publicação;
- c) Divulgação do material pronto; e
- d) Mobilização para implementação.

Este último item deve ser bem explicado e entendido, pois a implantação da Agenda 21 Local é a elaboração do documento com as diretrizes e prioridades do município rumo ao desenvolvimento sustentável. Já a implementação é onde cada associação, articulador, ator social e cidadão deve buscar meios de viabilizar o que foi colocado no papel através de projetos conjuntos da sociedade, setor privado e governamental respaldado pela Agenda 21 Local.

5.4.5 Resumo do Roteiro

Para a melhor compreensão e visualização deste resumo de roteiro mostraremos a seguir no quadro cinco todas etapas sugeridas para uma futura sugestão de implantação de Agenda 21 Local no Município de Lima –Peru. Este modelo de roteiro foi criado com base a informações e relatórios de instituições que coordenam a Agenda 21 Local de Florianópolis Santa Catarina no Brasil.

Quadro 5 - Roteiro de Implantação AG 21 Lima – Peru.

- | |
|--|
| <p>1- Ações Iniciais:</p> <p>A - Conscientização política</p> <p>B - Conscientização Social</p> <p>2- Ações organizacionais:</p> <p>A – Criação de um Fórum Independente</p> <p>B – Divulgação e adesão popular</p> <p>C – Primeiras reuniões</p> <p>3- Ações efetivas:</p> <p>A- Divisão física do município</p> <p>B - Seminários</p> <p>C - Diagnóstico</p> <p>a) Problemas da região (sociais,econômicos, ambientais)</p> <p>b) Causas dos problemas;</p> <p>c) Alternativas de solução;</p> <p>d) Responsáveis para busca das soluções;</p> <p>e) Prazos.</p> <p>D - Fórum independente (Avaliação e alterações)</p> <p>4- Procedimentos finais:</p> <p>a) Redação final do documento;</p> <p>b) Edição e publicação;</p> <p>c) Divulgação do material pronto; e</p> <p>d) Mobilização para implementação.</p> |
|--|

Fonte: Dados de Pesquisa

5.5 Desafios e Obstáculos na Agenda 21 para Lima – Peru

Diante da atual instabilidade econômica, política e social que o Peru e todos os seus departamentos enfrentam, o principal desafio para a efetiva implantação da Agenda 21 no município de Lima é, em primeiro lugar a conquista da participação da população, devido a história de dominação política sobre o povo peruano.

Além disso, podemos observar que os desafios e obstáculos para a implantação do programa não são restritos apenas ao Peru, mas estão presentes em todas as sociedades. Deste modo, o projeto da Agenda 21 Local de Lima, apresenta os temas para avaliação, os quais deverão partir de um profundo estudo e mapeamento da situação do município, que abrangerá a situação da fauna, flora, biodiversidade, bem como, os efeitos da poluição e degradação ambiental sobre a sociedade.

O trabalho de implantação do programa, é sem duvida, um árduo exercício para sua coordenação e toda a população de Lima, mas trará benefícios múltiplos para a qualidade de vida do povo peruano, refletindo no mundo como um modelo de preservação ambiental e respeito ao Planeta Terra.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho de conclusão de estágio permitiu à aluno comparar todo o conhecimento adquirido nos anos de estudos na universidade, comparando e aplicando-lo de forma de buscar sugestões e soluciones para o problema exposto neste trabalho, visando propor ações, tecnicamente viáveis para a solução do mesmo.

Constato-se que a revisão bibliográfica foi de grande importância para o desenvolvimento e estudo deste problema e alcance dos objetivos estabelecidos neste trabalho.

O processo de implantação da AG 21 Local no município de Florianópolis foi identificado como um modelo ideal a ponto de ser possível propor uma sugestão de elaboração de um roteiro de implantação de uma AG 21 no município de Lima – Peru.

Para caracterizar o município de Lima –Peru foram levantados dados geográficos, índice de população, língua, cultura e outros aspectos econômicos com a intenção de mapear a cidade em busca de um modelo ideal de AG 21 que seja compatível com esta cidade.

Foram identificados pressupostos básicos na cidade de Lima, com a finalidade de planejar o futuro desta cidade utilizando a participação popular, nas atividades de metas e planos estratégicos expostos pela organização responsável pelo programa, a fim de explorar as áreas da sociedade com mais recursos, buscando manter um equilíbrio com as outras áreas menos rentáveis da população desta cidade.

A sugestão de roteiro para a cidade de Lima foi elaborada com base o modelo da AG 21 Local do Município de Florianópolis, já que se identificou neste trabalho uma grande semelhança entre estas duas cidades litorâneas. Acredita-se que todas as ações sugeridas neste roteiro sejam muito importantes para a implementação deste programa de preservação ambiental.

Os desafios e obstáculos para a implantação de uma Agenda 21 Local no Município de Lima foram identificados, chegando a concluir que depende muito da boa vontade e consciência dos políticos e instituições do governo, para poder enfrentar novos paradigmas de administração pública e preservação do meio ambiente.

O método comparativo utilizado para a realização da implantação da Agenda 21 no município de Lima no Peru, nos leva a certeza de que o modelo que nasceu na Segunda Conferência Mundial de Preservação Ambiental, no Rio de Janeiro, em 1992, mesmo aplicado em realidade diversa do Brasil, trará benefícios a toda a população.

No entanto, o estabelecimento de planos e metas, estão muito longe de caracterizar a efetiva implantação da Agenda 21 nos municípios do mundo inteiro. A pedra angular é viabilizar a participação da sociedade. E neste ponto, se faz imprescindível a realização de uma comunicação direta e participativa junto a comunidade. Papel que deve ser desempenhado também, por instituições públicas e privadas dos municípios, envolvendo assim, a colaboração de toda a população, sem restrições.

Para a implantação deste modelo de preservação e conservação do meio ambiente, considera-se a flexibilidade do governo do Peru como força principal para a solução dos problemas ambientais do país. Assim, apenas com o apoio governamental poderá conquistar-se o apoio da população.

Espera-se que a Agenda 21 local de Lima, sirva de modelo para os demais municípios do país, e que traga benefícios para a sociedade atual e principalmente para as futuras gerações.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDA 21 – Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento 1992 – Rio de Janeiro – Brasília – publicada no Brasil pelo Ministério do Meio Ambiente.

AGENDA 21 Brasileira, Bases para Discussão – Versão Preliminar – MMA – Nov. de 1999.

AGENDA 21 Local do Município de Florianópolis. Floram, AG 21, 2000.

ATAS FORUM AGENDA 21. Florianópolis, Floram 1997 – 2000.

CIÊNCIA AMBIENTAL. 31/07/2000. Endereço Eletrônico: <http://www.usp.br/procam>.

Conferencia das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: Relatório da Delegação Brasileira apresentação de Celso Late. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 1993.

CHAPMAM, et all, Water quality assessments: a guide to the use of biota, sediments and Water environmental monitoring, 2º ed., 2.6 Boundary Row – London: UNESCO/WHO/UNEP, 1996.

CHIVENATO, Adalberto. **Introdução a teoria geral da administração**. 3 ed. São Paulo: Mc Graw – Hill, 1983.

CMMAD – Comissão Mundial sobre o meio ambiente e desenvolvimento, Nosso Futuro Comum, 2 ed, Rio de Janeiro: FGV, 1991.

DONAIRE, Denis. **Gestão ambiental na empresa**. São Paulo: Atlas, 1996.

ECOSSISTEMA da Lagoa da Conceição O – Editores: Blanca Sierra de Ledo e Eduardo Soriano-Sierra, Florianópolis- NEMAR, CCB, UFSC – 1999.

FURTADO, Celso. **Teoria Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo. Ed Nacional 1995.

GUIADIPLOMATI-

CO.15/03/2000.EndereçoEletrônico:<http://www.guiadiplomatico.com.br>.

GUIA Turístico Florianópolis. **História, mapas, folclore e serviços**. Ed. Outras palavras 1999.

GUIA & MAPA de Florianópolis, nº 9- Ayrton Girondi, editor – Novembro de 1999.

INFORMATIVO FLORAM AG 21, fórum AG 21 Florianópolis, 2000.

IBAM. Consulta Nacional Sobre a Gestão do Saneamento Urbano e Meio Ambiente. Relatório de Florianópolis, 1994.

FELLEMBERG, G. Introdução aos problemas da poluição ambiental, tradução de Juergem Heinrich Maar, São Paulo: EPU – Springer/ ed.USP,1980.

FLORES, Jorge. Reflexões sobre o Desenvolvimento Sustentável. RAP, v 29, n.2, 5-26, abr/jun,1995.

INTEGRAÇÃO AMERICA LATINA.01/03/2000. Endereço Eletrônico: <http://www.usp.br/prpg/prolam>.

KINLAW. Denis C. Empresa competitiva e ecológica: desempenho sustentado na era ambiental. São Paulo: Makron Books, 1997.

LÉVI- STRAUSS, Claude. **A Noção de Estrutura em Etnologia in Seleção de Texto**. 1º Edição. São Paulo, Editora Abril, 1976.

NUPEGEMA –CAD –CSE –UFSC –Apostila da Disciplina do Prof Pedro C. Schenini – Gestão Empresarial e Ambiental. 2000.

MATOS, F. Gomes. **Gerência Participativa**. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército, 1980.

MONTEBELER, Gilberto. **Industrialização e Ecodesenvolvimento**. Florianópolis. Biblioteca da UFSC 1994. Tese de Mestrado.

ONU.25/08/2000.Endereço Eletrônico: <http://www.onu.gov.com>

PEREIRA JR, Dário. **Impacto ambiental**, Revista Proteger, São Paulo: ed. Magnum, jan/fev, 1996, p.28.

PLANO DE REFERÊNCIA para um Turismo Sustentável no Sul de SC – ACIF – 1999.

PLANO DIRETOR do Distrito Sede do Município de Florianópolis – Prefeitura Municipal. Florianópolis – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis - IPUF- 1985.

SACHS, Ignacy. Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir, São Paulo: Vértice, 1986 – A .

_____ Estratégias de transito para o século XXI, Bursztyn, M. (org) Para pensar o DS. São Paulo: Brasilense, 1993.

SANTA CATARINA, . Legislação Básica do Estado. Lei 5.793 de 15 de outubro de 1980, Florianópolis, jul, 1995.

SANTA CATARINA. Decreto Lei nº 14250, de 05.06.81. Florianópolis: FATMA – SC, jul, 1995.

SCHMIDHEINY, S. Changing course: a global business perspective on development and the environment, USA: the Mit Press, 1990.

TURISMO PERU. 01/09/2000. Endereço Eletrônico: <http://www.terra.com.pe>.

VERGARA, SYLVIA C. Começando a definir a metodologia. In: VERGARA, Sylvia C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. São Paulo, Atlas, 1997. p.45-51.

_____Tipos de Pesquisa em administração. Caderno EPAB. FGV, 1990.

8 ANEXOS

AGENDA 21

FLORIANÓPOLIS

= DECRETO N° 0246/97
CRIA O FÓRUM AGENDA 21...

= ~~DECRETO~~ N.º 176/98
ALTERA DECRETO 0246/97...

= ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS INTEGRANTES
DO FÓRUM DA AGENDA 21...

= REGIMENTO INTERNO DO FÓRUM DA AGENDA 21

DECRETO Nº 0246/97

**CRIA O FÓRUM AGENDA 21 LOCAL, DO
MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A Prefeita Municipal de Florianópolis, no uso
de suas atribuições, e,

Considerando ser necessário criar condições que
garantam a sustentabilidade do meio ambiente;

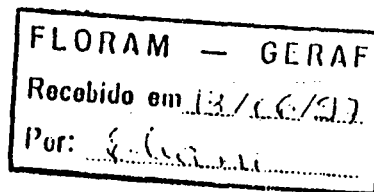
Considerando que cabe ao Poder Executivo o
dever de buscar o equilíbrio sócio-ambiental e econômico dos diversos
segmentos da sociedade municipal;

Considerando a necessidade de consulta às
organizações cívicas, comunitárias, empresariais e aos cidadãos em geral,
a respeito dos problemas e das soluções sócio-ambientais, bem como o
acompanhamento e a execução de um programa específico direcionado ao
meio ambiente,

DECRETA:

**Art 1º - É criado o FÓRUM DA AGENDA 21 LOCAL, DO MUNICÍPIO DE
FLORIANÓPOLIS;**

**Art 2º - Ao Fórum caberá o estabelecimento das políticas de
sustentabilidade de meio ambiente;**



Sp. C. C. C.

- Art 3º - Ao Fórum Agenda 21, caberá, igualmente, a discussão e execução de ações visando o desenvolvimento sustentável do município de Florianópolis, com prévia consulta aos diversos segmentos sociais ligados à área ambiental;
- Art 4º - O Fórum tratará, também, do uso do mar, reflorestamento do Município, portos de lazer, plano municipal de gerenciamento costeiro e tratamento de resíduos em todas as comunidades, envolvendo, tanto quanto possível, órgãos do Governo do Estado, do Ministério Público e do Poder Judiciário;
- Art 5º - Integrarão o Fórum, representantes de cada uma das seguintes Entidades: Associação dos Municípios da Grande Florianópolis; Associação dos Moradores do Sul da Ilha; Associação dos Moradores do Norte da Ilha; Associação dos Moradores do Leste da Ilha; Associação dos Moradores do Continente; Associação dos Moradores do Distrito Sede; Fórum HABITAT; Fórum da Cidade; Fórum do Turismo; três representantes de ONGs ambientalistas; representante das Organizações de Pescadores Artesanais; Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Associação de Maricultores; Conselho de Agricultura e Pesca; Câmara de Diretores Lojistas; Associação Comercial e Industrial; Associação Brasileira de Engenharia Sanitária, Seção Florianópolis; Instituto de Arquitetos do Brasil, Seção Florianópolis; Associação Catarinense de Engenheiros; Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Florianópolis; dois representantes da Câmara Municipal de Vereadores; representante de cada Secretaria Municipal, do Gabinete da Prefeita, do Gabinete de Planejamento, do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, da Fundação Municipal do Meio Ambiente e da Fundação Franklin Cascaes; Polícia Militar do Estado; Polícia Ambiental; CASAN; CELESC; TELESC; Fundação Estadual do Meio-Ambiente; IBAMA; UFSC; UDESC, representante do Fundo Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA e Fundação Pró Florianópolis.



Do Gabinete da Prefeita do Município de Florianópolis

t. 6º - O mandato dos membros deste Fórum será de dois anos, prorrogável por igual período.

t. 7º - Este Decreto entrará em vigência na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal, em Florianópolis aos 09 de junho de 1997.

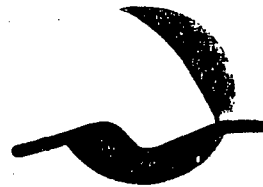
Regina Heinzen Amin Helou
REGINA HEINZEN AMIN HELOU
PREFEITA MUNICIPAL

DECRETO MUNICIPAL N.º 176/98

DE 14 DE JULHO DE 1998.



Do Gabinete da Prefeita do Município de Florianópolis



FLORIANÓPOLIS
CAPITAL DA GENTE

DECRETO Nº. 1 7 6 / 9 8

**ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO Nº
0246/97, QUE CRIA O FÓRUM DA AGENDA 21
LOCAL DO MUNICÍPIO DE
FLORIANÓPOLIS.**

A Prefeita Municipal de Florianópolis, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 74, item III, da Lei Orgânica do Município de Florianópolis,

DECRETA:

Art. 1º. - Fica incluído **Parágrafo Único** no Art. 1º. do Decreto nº 0246/97, de 09 de junho de 1997.

"Art. 1º -

Parágrafo Único: Integrarão o Fórum da Agenda 21 Local os órgãos instalados no Município de Florianópolis, da Administração direta e indireta, nos âmbitos federal, estadual e municipal, as instituições de ensino, as associações civis, as organizações sindicais e todas as demais entidades representativas, regularmente inscritas.

Art. 2º. - Os Artigos 2º, 3º, 4º e 6º, do Decreto nº 0246/97, de 09/06/97, passam a vigorar com as seguintes redações.

Amorim



Do Gabinete da Prefeita do Município de Florianópolis



FLORIANÓPOLIS
CAPITAL DA GENTE

“Art. 2º. - Ao Fórum da Agenda 21 Local caberá a indicação de políticas e metodologias de sustentabilidade sócio-ambiental do Município de Florianópolis, através de discussão promovida pelas entidades e segmentos sociais do Município.”

“Art. 3º. - As políticas e metodologias de sustentabilidade, de que trata o artigo anterior, serão apresentadas através de um protocolo final, elaborado pelo Fórum, que será a Agenda 21 Local.”

“Art. 4º. - Na consecução de seus fins, o Fórum observará o disposto no artigo 133, e seus incisos, da Lei Orgânica do Município, privilegiando, sempre que possível, a busca de tecnologias atualizadas.”

“Art. 6º. - O Fórum da Agenda 21 Local terá existência de 01 (um) ano, prorrogável por apenas mais um período de igual duração, extinguindo-se.”

Art. 3º. - Cabe à Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis – FLORAM, subsidiar financeiramente os gastos de instalação do Fórum, valendo-se de sua dotação orçamentária atual, com efeitos retroativos a maio do corrente ano.

Art. 4º. - Fica revogado o artigo 5º. do Decreto Municipal nº 0246/97.

Art. 5º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, em Florianópolis, aos 14 JUL 1998


ANGELA REGINA HEINZEN AMIN HELOU
PREFEITA MUNICIPAL

Decagenda21

***ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS
INTEGRANTES DO FÓRUM DA AGENDA 21
LOCAL DE FLORIANÓPOLIS***

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS INTEGRANTES DO FÓRUM DA AGENDA 21 LOCAL DE FLORIANÓPOLIS

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, DA SEDE E DA DURAÇÃO

Artigo 1º - A ASSOCIAÇÃO DOS INTEGRANTES DO FÓRUM DA AGENDA 21 LOCAL DE FLORIANÓPOLIS, com sede à _____, associação filantrópica e cultural organizada sob o regime de sociedade civil sem finalidades lucrativas e duração por tempo indeterminado, pessoa jurídica de direito privado, com foro na Capital do estado de Santa Catarina, reger-se-á segundo o disposto neste Ato Constitutivo e Estatuto Social, e complementarmente consoante as decisões de sua "Diretoria Executiva", ocorrendo o início das suas operações na data do registro do presente Estatuto;

CAPÍTULO II - DAS FINALIDADES

Art. 2º - São os objetivos da instituição:

A -
B -
C -
D -

§1º - A Associação inspirada nos princípios dos Direitos Humanos, não admitirá, no cumprimento de suas atividades, qualquer discriminação.

§ 2º - A fim de cumprir suas finalidades, a Associação se organizará em tantas regionais quantas necessárias, preferencialmente fístribuídas geográficamente conforme as regiões dos Seminários da Agenda 21.

CAPÍTULO III - DOS ASSOCIADOS

Art. 3º - A Associação será composta de pessoas físicas que integram o Fórum da Agenda 21.

Art. 4º - : O corpo social é constituído das seguintes categorias de associados:

A - CONTRIBUINTES - São os que, após terem sua proposta aprovada e pagarem a anuidade referente ao ano em curso, forem admitidos com a consignação de seus nomes em livro próprio

B - COLABORADORES - São os que emprestarem a colaboração graciosa do seu trabalho voluntário à instituição sob a orientação da "Diretoria Executiva", seja na qualidade de titulares ou estagiários;

C - BENEMÉRITOS - são os que se tornarem dignos de tal título em virtude de atos ou serviços relevantes que mereçam, a critério da "Diretoria Executiva", prestado à associação.

D - BENFEITORES - São aqueles que tiverem feito expressivas doações materiais à associação e/ou tiverem atuado de forma a se tornarem dignos de tal distinção, seja na defesa dos interesses da Sociedade, seja contribuindo de alguma forma com os seus objetivos ou desenvolvimento.

E - FUNDADORES: os que tenham seus nomes consignados na Ata de Fundação da Entidade

F - EFETIVOS: que de livre vontade, ingressarem na Associação após sua fundação.

Art. 5º - Para ser admitido como sócio é indispensável:

- ser pessoa física, ter plena capacidade civil, e estar na posse e gozo dos seus direitos civis;
- ter assinado proposta de admissão e adesão, bem como ter sido indicado pela "Diretoria Executiva";
- não ter sido eliminado anteriormente da Associação ou de qualquer outra congênere no País ou no exterior, nem ter sido condenado em processo crime com sentença transitada em julgado;
- comprometer-se a acatar e respeitar tudo o que determinar o Estatuto Social e as decisões da "Diretoria Executiva"

- a "Diretoria Executiva" poderá eliminar qualquer associado que, a seu ver, não tenha de algum modo cumprido com as suas obrigações sociais ou cujo comportamento conflite com seus objetivos, sem que de tais decisões caiba justificação ou recurso.

Art. 6º - São direitos e prerrogativas dos associados:

- gozar dos benefícios concedidos pela Associação na forma do Estatuto Social e das decisões da "Diretoria Executiva"
- apresentar proposta, solicitações, sugestões ou reclamações com o intuito de aprimorar o desenvolvimento da associação e seus objetivos, bem como a otimização da sua atuação
- comparecer às solenidades e eventos por ela promovidos
- receber as publicações editadas pela associação.
- participar das sessões da Assembléia Geral, tendo direito a voz, voto e de ser votado.

- F. Examinar na Sede Social, em dia e hora previamente estabelecidos pela Diretoria, os livros e papéis da entidade.
- G. Propor à Diretoria medidas julgadas de real interesse da Entidade.
- H. Requerer ao Diretor - Presidente a convocação da Assembléia Geral, obedecendo o número mínimo exigido neste Estatuto, para deliberação de matéria urgente ou de excepcional importância.
- I. Votar e ser votado para todos os cargos desde que tenha 1 (um) ano de associação e esteja quites com a Tesouraria.
- J. Desfrutar de eventuais serviços que venham a ser criados ou administrados pela entidade ou através de convenios
- K. Representar a associação, desde que autorizado e/ou convidado pela diretoria em contatos com o público e com outras instituições.

Art. 7º - São deveres do associado, expressamente assumidos quando da assinatura da "Proposta de Admissão":

- A. - incorporar e propagar os objetivos da Instituição, bem como o espírito associativo entre seus membros, envidando todos os esforços no sentido de elevar o quadro social, angariando e congregando novos sócios, prestigiando e zelando pelos interesses sociais e pelo progresso da Associação;
- B. - participar, por escrito, quanto à alteração de qualquer das condições essenciais para a admissão e permanência no quadro social, tais como: mudança de nome, estado civil, endereço, etc., assim também quaisquer outras que entender pertinentes;
- C. - manter-se permanentemente na condição de sócio quites e obediente aos estatutos sociais e decisões da "Diretoria Executiva", acatando suas deliberações e determinações;
- D. - indenizar a Instituição de qualquer prejuízo que lhe causar ou for causado por seus prepostos ou dependentes;
- E. - exercer, com zelo, dignidade, honestidade e lealdade e cargos e funções sociais que lhe forem confiados, tratando a todos com educação e urbanidade.
- F. Cumprir disposições estatutárias e respeitar as deliberações da Diretoria e das Assembléias Gerais.
- G. Guardar o devido respeito aos demais sócios
- H. Interessar-se e colaborar pelo progresso e consecução dos objetivos da associação.
- I. Comparecer às Assembléias Gerais e reuniões, quando convocado, delas tomando parte, cumprindo e fazendo cumprir suas determinações.
- J. Manter-se informado e prestar informações corretas ao público em geral
- K. Denunciar a Diretoria, por escrito, qualquer atitude individual, coletiva ou institucional que seja lesiva ao proposto pela Associação.
- L. Pagar a anuidade.

CAPÍTULO IV - DAS PENALIDADES

Art. 8º - As penalidades a serem impostas pela " Diretoria Executiva" ao associado em virtude de observância ou infração deste Estatuto, de Regulamento Interno ou outras decisões da "Diretoria Executiva " , serão as seguintes:

- advertência verbal
- advertência por escrito
- multa;
- suspensão
- eliminação do Quadro Social;

serão aplicadas as consoantes à gravidade da falta cometida, de acordo com a gradação que melhor entender a Diretoria Executiva", cabendo recurso à Assembléia Geral.

t. 9º - O associado que deixar de pagar sua contribuição por duas parcelas consecutivas será afastado do quadro de associados, cessando o afastamento, logo após o recolhimento dos débitos.

t. 10º - A inobservância dos deveres sociais, acarretará ao sócio sua suspensão ou desligamento da Entidade, acordo com a decisão da Diretoria e Assembléia Geral.

t. 11 - Os sócios não respondem, mesmo que subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela Associação.

CAPÍTULO V - DA ESTRUTURA DA ASSOCIAÇÃO DOS INTEGRANTES DO FÓRUM DA AGENDA 21

t. 12 - São órgãos e mecanismos operacionais da Associação dos Integrantes do Fórum da Agenda 21.
A Assembléia Geral

- A Diretoria
- I - O Conselho Fiscal
- 7 - A Diretoria Regional

A ASSEMBLÉIA GERAL

rt. 13 - A Assembléia Geral, órgão soberano de deliberação da Associação, constituir-se-á dos sócios em pleno gozo dos seus direitos estatutários.

rt. 14 - A Assembléia Geral seá convocada pelo Diretor - Presidente, mediante edital fixado no mural da sede da Entidade e publicação em órgão de divulgação, com antecedencia mínima de 30 dias e carta aos associados no prazo de trinta dias.

Parágrafo único: Excepcionalmente, poderá ser convocada pelo Conselho Fiscal e Diretoria Regional juntos a por 35% dos sócios.

rt. 15 - A Assembléia Geral reunir-se-á em primeira convocação, com a presença de 2/3 dos sócios, ou , em segunda convocação meia hora após a primeira, com qualquer número dos presentes.

rt. 16 - Anualmente haverá uma Assembléia Geral Ordinária para:

- Tomar as contas a Diretoria
 - Encaminhar, discutir, e votar as demonstrações Financeiras e o Relatório da Diretoria.
 - I - Deliberar sobre os resultados financeiros do exercício
 - 7 - Discutir e homologar as contas e balanços aprovados pelo Conselho Fiscal
 - Apreciar a programação da Entidade para o ano subsequente
- rt. 17 - Compete a Assembléia Geral
- Eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal
 - Decidir as Reformas do Estatuto
 - I - Decidir sobre a extinção da Associação
 - 7 - Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais
 - Decidir sobre a aplicação de penalidades aos Associados.
 - I - Aprovar o valor das anuidades.

O CONSELHO FISCAL

rt. 18 - A Entidade terá um Conselho Fiscal, constituído por 3 membros efetivos e igual número de suplentes, todos eleitos ou reeleitos em Assembléia Geral.

Parágrafo único: Os membros do Conselho Fiscal não perceberão remuneração pelo exercício do cargo

rt. 19 - compete ao Conselho Fiscal

- Fiscalizar os atos da Diretoria e verificar o cumprimento de seus deveres estatutários
- Opinar sobre as contas e relatório da Diretoria, emitindo parecer e fazendo constar informações complementares que julgar necessárias à deliberação da Assembléia Geral.

A DIRETORIA REGIONAL

rt. 20 - Compete à Diretoria Regional:

- Assessorar a Diretoria sobre assuntos de interesse da Associação
- Coordenar as atividades da Associação, em conjunto com a Diretoria na sua área geográfica
- Atender as consultas da Diretoria

Parágrafo Único - A Diretoria regional será composta pelos Coordenadores Regionais e não receberá qualquer remuneração por suas atividades

A DIRETORIA

rt. 21 - A Diretoria será constituída por um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente, um primeiro e um segundo Diretor Secretário, um primeiro e um segundo Diretor Financeiro e um Diretor de Comunicação.

Parágrafo Único - Os membros da Diretoria não perceberão qualquer remuneração pelo exercício do cargo.

rt. 22 - Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal serão eleitos em Assembléia Geral, convocada para tal fim, para um mandato de dois anos podendo serem reeleitos.

rt. 23 - Ao Diretor Presidente compete:

- Presidir as reuniões da Diretoria e os trabalhos da Assembléia Geral.
- Convocar as Assembléias Gerais
- Escolher, ouvida a Diretoria, consultor Jurídico, entre os sócios da Entidade ou não

- Escolher em comum acordo com a Diretoria da Entidade os membros da Diretoria Regional
- Planejar os trabalhos de sua gestão
- Velar pela fiel execução dos objetivos da Entidade, cumprindo e fazendo cumprir o Estatuto, o Regimento Interno, as resoluções da Diretoria e as Deliberações da Assembléia Geral
- I - Representar a sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele.
- II - Receber doações e demais receitas da Associação dos Integrantes da Agenda 21
- Movimentar em conjunto com o Diretor Financeiro as contas da Sociedade, efetuar despesas e pagamentos no cumprimento dos estatutos da Associação.
- Prestar contas, através de relatório circunstanciado, anualmente, à Assembléia Geral.

Art. 24 - A ASSOCIAÇÃO é representada, ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente por seu "Diretor-Presidente", expressamente nomeado através do presente Estatuto e da "Ata de Fundação", e se constitui na mais elevada representação dos poderes sociais, cabendo-lhe planejar, coordenar, organizar, dirigir, operacionalizar, gerir, gerenciar e administrar a Associação em todos os seus termos, estabelecendo metas e prioridades, dimensionando e decidindo prioridades, podendo, com exclusividade, admitir e demitir empregados, apresentar a Instituição em congressos e eventos similares, podendo ainda outorgar procuração para apresentação judicial, controlar o fluxo financeiro, abrir, movimentar, transferir e encerrar contas bancárias e poupança, proceder depósitos e retiradas, aplicações e investimentos em quaisquer instituições financeiras públicas ou privadas, no País ou no exterior, efetuar pagamentos, adquirir e alienar bens, contratar e fiscalizar serviços, receber, emitir recibos e conferir as respectivas quitações, firmar compromissos e acordos, celebrar contratos e convênios, confessar, transigir e desistir nome da Associação, assinar escrituras públicas para quaisquer finalidades, designar e destituir ocupantes de cargos remunerados ou não, fixar taxas de serviços e multas sociais, expedir portarias com as decisões administrativas, assinar orçamentos, balancetes e as contas da entidade, visar documentos diversos de interesse da Instituição, supervisionar e superintender, os projetos, os programas e todas as demais atividades da Sociedade, representar a Associação perante a União, estados e municípios, autarquias e empresas de todo gênero, podendo tudo assinar, endossar, requerer e peticionar em nome da entidade, inclusive cheques e notas promissórias, receber notificações, intimações e citações, conferir poderes e outorgar mandatos, bem como praticar todos os demais atos admitidos em lei, tudo no sentido de exercer efetivamente a representação da Associação, sem qualquer restrição, na forma mais ampla e ilimitada possível, em todos os seus termos, independentemente da outorga de instrumento específico, principalmente em virtude da publicidade conferida ao presente título pela inscrição e registro;

Art. 25 - Ao Diretor Vice-Presidente incumbe substituir ao Diretor Presidente nas suas faltas ou impedimento, bem como desempenhar as atribuições que lhes forem estabelecidas pela Diretoria.

Art. 26 - Ao 1º Diretor Secretário compete:

- Dirigir, supervisionar, superintender os trabalhos da Secretaria da Entidade
- Secretariar as reuniões da diretoria, lavrando as atas respectivas e elaborando as ordens do dia.
- Adotar todas as providencias necessárias ao bom andamento dos trabalhos das reuniões que deve secretariar.
- Subscriver, quando devido, a correspondencia da Entidade
- Redigir e expedir avisos de convocação de Assembléias Gerais, assinadas pelo Diretor Presidente

Art. 27 - Ao 2º Diretor Secretário compete, substituir o 1º Diretor Secretário, nas faltas ou impedimentos pessoais, e a realização de tarefas que lhes sejam dadas pela Diretoria.

Art. 28 - É vedada a acumulação do exercício de duas funções simultaneamente

Art. 28 - Compete ao Diretor Financeiro

- Zelar pelos bens sociais da Entidade
- Resguardar a receita da entidade e realizar as despesas desta, com prévia autorização do Diretor Presidente
- Manter o livro-caixa da Entidade
- Resguardar o balanço social e apresentá-lo a presidência para apreciação juntamente com o relatório do respectivo exercício
- Apresentar o balancete semestral ao Conselho Fiscal
- Conservar sob sua guarda e responsabilidade os documentos relativos a Diretoria Financeira
- Movimentar em conjunto com o diretor Presidente as contas da Sociedade, efetuar despesas e pagamento no cumprimento dos estatutos da associação.]

Art. 29 - Compete ao 2º Diretor Financeiro substituir ao 1º Diretor Financeiro.

Art. 30 - A Diretoria Reunir-se-á, obrigatoriamente, uma vez a cada três meses, e extraordinariamente sempre que convocada pela Presidência, sendo as despesas de deslocamento dos diretores, inclusive regionais, custeadas pela associação, sempre que possível, mediante a entrega de notas fiscais, bilhetes de passagens e recibos.

Parágrafo único - Quando convocar extraordinariamente a Diretoria o aviso se dará por fax, telex, ou sedex, expedido pelo Diretor 1º Secretário, com antecedência de 48 horas.

Art. 31 - Será destituído de suas funções em Assembléia Geral o membro da Diretoria que, sem motivo justo, deixar de comparecer a 3 (tres) reuniões consecutivas do órgão, ou fazer uso indevido de suas atribuições, desvirtuando as finalidades da instituição.

Parágrafo Único - A destituição de membros da Diretoria e a eleição de seu substituto será apreciada em Assembléia Geral convocada para este fim.

CAPÍTULO VI - DO PATRIMÔNIO E DAS FINANÇAS

Art. 32 - O Patrimônio da Associação dos Integrante do Fórum da Agenda 21 será constituído de:

- Dos bens e direitos que venha a adquirir
- I - Pela incorporação dos resultados financeiros dos exercício, por decisão da Assembléia Geral
- Art. 33** - Constituem receitas da Associação:
- Rendas patrimoniais e eventuais
- I - Auxílios e donativos
- II - Resultados de campanhas financeiras
- V - Rendas adquiridas por exploração de espaços públicos para fins sociais
- V - Convênios
- VI - Anuidades dos sócios
- VII - Promoções

Art. 34 - O Patrimônio e a receita da Associação destinam-se a manter, desenvolver, e a garantir suas atividades, bem como promover a qualificação de seus membros e a apoiar as atividades da Associação e do Fórum da Agenda 21

Art. 35 - A alienação ou o gravame de bens e direitos patrimoniais depende de prévia autorização da Assembléia Geral

Art. 36 - A Associação fica autorizada a efetuar o pagamento de despesas da Diretoria, de integrantes da Diretorias Regionais, sempre que a Diretoria assim entender para viabilizar a participação em reuniões do Fórum da Agenda 21, cursos, seminários e eventos que visem a defesa do Meio Ambiente.

CAPÍTULO VII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 37 - A Diretoria da Associação poderá contratar pessoal ou serviço de apoio necessário ao expediente e demais assuntos administrativos, bem como adquirir equipamentos e mobiliário para sua sede, inclusive telefônicos e de informática.

Art. 38 - Em caso de dissolução da Entidade o seu patrimônio reverterá a outra Instituição congênere, a ser indicada por Assembléia Geral, convocada para este fim.

Art. 39 - Os casos omissos neste Estatuto serão decididos em Assembléia Geral.

Art. 40 - Este Estatuto somente será alterado ou reformulado por deliberação da Assembléia Geral, especificamente convocada para este fim.

Art. 41 - A Entidade será registrada nos órgãos competentes, atendendo aos dispositivos da legislação vigente.

Art. 42 - A 1ª Diretoria da Associação dos Integrantes do Fórum da Agenda 21 está assim constituída:

- Diretor Presidente
- Diretor Vice - Presidente
- Diretor 1º Secretário
- Diretor 2º Secretário
- 1º Diretor Financeiro
- 2º Diretor Financeiro
- I - Diretores Regionais:
- II - Conselho Fiscal
- Suplentes:

REGIMENTO INTERNO DO

FÓRUM DA AGENDA 21

LOCAL DE FLORIANÓPOLIS



REGIMENTO INTERNO DO FÓRUM DA AGENDA 21 LOCAL DE FLORIANÓPOLIS

CAPÍTULO I - DO OBJETIVO

Art 1º - Este Regimento estabelece normas de organização e funcionamento do Fórum da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis – SC criado pelo Decreto Municipal nº 0246/97 de 09 de junho de 1997, com as alterações do Decreto Municipal nº 176/98 de 14 de julho de 1998.

CAPÍTULO II - DAS ATRIBUIÇÕES

Art 2º - São atribuições do Fórum da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis discutir, formular e estabelecer em documento as ações visando o desenvolvimento sustentável do Município, através da participação das diversas entidades e segmentos sociais do Município.

§ único – Durante a elaboração do documento final, o Fórum da Agenda 21 Local deverá deliberar sobre a necessidade e a forma de sua continuidade, como meio de acompanhar as ações constantes na Agenda 21.

CAPÍTULO III – DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º - O Fórum da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis será composto pelos órgãos da administração pública direta e indireta e de todas as demais entidades representativas regularmente inscritas.

§ único – A inscrição regular será feita através de correspondência oficial solicitando a inscrição das entidade junto ao Fórum da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis – SC, dirigida à sua Comissão de Organização, com a indicação de seu representante legal e respectivo suplente.

CAPÍTULO IV - DO FUNCIONAMENTO

Art. 4º - O suporte administrativo, técnico e financeiro em caráter permanente e eventual, indispensável ao funcionamento do Fórum da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis – SC, deverá ser buscado junto aos órgãos da administração pública, nas três esferas, instituições públicas e privadas, e demais entidades, pela Comissão de Organização do Fórum, conforme determina o Art. 7º.

§ único: a FLORAM – Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis, segundo sua disponibilidade, proverá as instalações, material permanente, material de consumo e recursos humanos e financeiros, bem como em relação aos subsídios técnicos, arquivos e documentos administrativos.

CAPÍTULO V - DA ORGANIZAÇÃO

Art. 5º - O Fórum da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis – SC terá a seguinte estrutura:

I – Plenário

II – Comissão de Organização

§ 1º - O Plenário será composto pelos membros titulares do Fórum da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis – SC, e seus respectivos suplentes, em caso de ausência do titular, com direito a voto nos atos do Fórum.

§ 2º - A Comissão de Organização será composta por 15 representantes de entidades-membros do Fórum da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis – SC, eleitos pelo plenário, para organizar, de forma contínua o seu funcionamento, desempenhando atividades de coordenação de gabinete, de assessoramento técnico e administrativo.

CAPÍTULO VI - DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS

Seção I - Do Plenário

Art. 6º - O Plenário é o órgão superior deliberativo e normativo do Fórum da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis – SC

Art. 7 - Cabe ao Plenário:

- I - discutir e deliberar sobre assuntos relativos à consecução das finalidades do Fórum da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis – SC, previstas nos Arts. 2º e 3º deste Regimento;
- II - apreciar os atos da Comissão de Organização, quando praticados "ad referendum".
- III - aprovar pauta
- IV - aprovar o Calendário das Reuniões;
- V - exercer as demais competências constantes deste Regimento;
- VI - deliberar sobre os casos omissos no presente Regimento.
- VII - alterar este Regimento.
- VIII - escolher os membros da Comissão de Organização e substituí-los quando entender necessário

Art. 8º - Compete aos membros do Fórum da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis – SC:

- I - comparecer às reuniões;
- II - debater a matéria em discussão, em consonância com a posição das entidades que representam
- III - requerer informações e esclarecimentos à Comissão de Organização, transmiti-los e discutí-los com sua entidade e comunidade.
- IV - propor temas e assuntos à discussão e deliberação do Plenário, em consonância com a posição das entidades que representam

Art. 9º - O Plenário e a Comissão do Fórum da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis – SC poderão propor e o Plenário poderá aprovar a criação de Grupos de Trabalhos ou sub-comissões para assuntos relevantes às finalidades.

Seção II - Da Comissão de Organização

Art. 10 - Compete à Comissão de Organização do Fórum da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis – SC:

- I - convocar e coordenar as reuniões do Fórum da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis – SC;
- II - propor ao Plenário a Pauta
- III - preparar e distribuir a pauta das reuniões;
- IV - secretariar as reuniões
- V - elaborar as Atas das reuniões e a redação inicial de todos os documentos que forem expedidos pelo Fórum da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis – SC

VI - planejar, organizar e coordenar as atividades necessárias ao andamento do processo de elaboração da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis – SC.

VII - decidir os casos de urgência ou inadiáveis submetendo sua decisão à apreciação do Plenário na reunião seguinte;

VIII - organizar e manter arquivo relativa às atividades do Fórum da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis – SC

IX – encaminhar as solicitações de recursos humanos, técnicos, administrativos e financeiros necessários ao desempenho das atividades do Fórum da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis – SC

X – colher dados e informações necessárias às atividades do Fórum da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis – SC, recebendo e registrando os documentos a ele enviados.

XI - fazer cumprir o Regimento Interno;

XII - exercer outros encargos que lhe forem atribuídos pelo Plenário.

Art. 11 – A comissão de Organização reunir-se-á conforme sua necessidade, sendo lavradas Atas destas reuniões.

Art 12 – O comparecimento dos membros da Comissão de Organização às reuniões, ordinárias e extraordinárias, é obrigatório.

§ 1º - As entidades representadas deverão ser informadas pela Comissão de Organização sempre que se verifique a ausência do representante.

§ 2º - Perderá o mandato o membro da Comissão que faltar, sem justificativa, a mais de 3 (três) sessões consecutivas ou 6 (seis) intercaladas no período de 3 (três) meses.

Art 13 - O exercício das funções de membros da Comissão de Organização é voluntário e portanto não remunerado e considerado como prestação de serviços relevantes ao Município de Florianópolis.

Art 14 – Os serviços de Secretaria da Comissão de Organização serão atendidos:

I - Pelo apoio técnico, conforme artigo 4º

II - Por servidores solicitados de órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta devidamente designados por autoridade competente.

III - Por pessoal voluntário ou cedido por entidades patrocinadoras.

CAPÍTULO VII - DAS REUNIÕES PLENÁRIAS

Art. 15 - O Plenário do do Fórum da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis – SC, reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, em data e hora a serem estabelecidos previamente pela Comissão de Organização.

§ único – A Comissão de Organização deverá comunicar aos membros do Fórum a data das reuniões plenárias com, no mínimo, 15 dias de antecedência, através de correspondência.

Art 16 - As reuniões do Plenário serão abertas ao público não-credenciado, sem direito a voto.

Art. 17 - As reuniões do Plenário obedecerão à seguinte ordem:

I - instalação dos trabalhos pela Comissão de Organização

II - leitura, e aprovação Ata dos assuntos tratados na reunião anterior, facultados os pedidos de retificação;

III - leitura da Pauta da Reunião em curso.

IV - debates e votações constantes da Pauta

V - agenda livre para serem debatidos ou levados ao conhecimento do Plenário assuntos de interesse geral.

V - Proposta de Pauta da próxima reunião.

VII - encerramento da reunião.

§ único – Nos debates, os membros do Fórum da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis – SC terão uso da palavra, concedida pela mesa, na ordem em que for solicitada.

Art. 18 – A mesa deverá buscar a solução de eventuais discordâncias pela via do consenso.

Art. 19 – Caso o consenso não seja atingido e haja necessidade de votação, esta será simples, podendo também ser nominal, a requerimento de 1 (um) membro do Plenário, quando ficará registrada na Ata a sua posição.

Art. 20 – A decisão do Fórum da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis – SC será tomada por maioria simples dos membros presentes.

Art. 21 – Das reuniões do Plenário serão lavradas Atas, que serão lidas e submetidas à aprovação dos membros do Fórum na reunião subsequente.

Art. 22 - Das Atas constarão, no mínimo:

I - local, data e hora da abertura da reunião;

II- sumário do expediente, relação das matérias lidas, registro das proposições apresentadas e das comunicações transmitidas;

III - resumo das matérias incluídas na pauta, com a indicação dos Membros que participaram dos debates e seus resultados.

VI - declaração de voto, se requerido;

VII - deliberações do Fórum da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis – SC

CAPÍTULO VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 23 - O presente Regimento Interno poderá ser alterado por proposição do Fórum da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis – SC.

§ 1º – Os membros do Fórum da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis – SC poderão apresentar propostas de alteração do regimento.

§ 2º - As propostas de alteração serão encaminhadas à Comissão Organizadora para distribuição a todos os membros junto com a agenda da reunião seguinte.

§ 3º - As propostas de alteração do Regimento deverão ser aprovadas por 3/5 dos membros presentes no Fórum da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis – SC, com direito a voto.